



RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 - 2018



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DA PARAÍBA

Defensora Pública-Geral da Paraíba:
Maria Madalena Abrantes Silva

Subdefensor Público-Geral Federal:
Ricardo José Costa Souza Barros

Corregedor-geral:
Charles Gomes Pereira

Conselho Superior
Maria Madalena Abrantes Silva
Ricardo José Costa Souza Barros
Charles Gomes Pereira
José Celestino Tavares de Souza
Elson Pessoa de Carvalho
José Alípio Bezerra Melo
Coriolano Dias de Sá Filho
Gerardo Lins Rabello Sobrinho
Andréa Ferreira Coutinho (Ouvidora-Geral)

© 2018 Defensoria Pública do Estado da Paraíba.
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial
ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja
para venda ou qualquer fim comercial.

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Coordenador: Gerardo Lins Rabello Sobrinho

Edição e textos: Larissa Claro

Capa e diagramação: Adriano Silva

Fotos: Roberto Marcelo

Colaboração: Cândido Nóbrega

Sumário

1. 1. Ampliação dos serviços e expansão da DPE-PB	16
1.1 Produtividade	18
1.2 Renovação da categoria com a nomeação dos defensores públicos concursados	22
1.3 Instalação e reformas dos Núcleos Regionais de Atendimento	30
1.4 Instalação e reformas de Sedes de Atendimento	36
1.5 Instalação e reformas de Salas de Atendimento	40
1.6 Defensoria Itinerante	42
2. Estrutura e organização institucional	48
2.1 Planejamento estratégico	50
2.2 Economia de gastos	51
2.3 Instalação da Escola Superior da Defensoria Pública da Paraíba	54
2.4 Instalação do Núcleo Especial dos Direitos Humanos e da Cidadania (NECID)	58
2.5 Aprovação do Projeto de Implantação do Núcleo Especial de Direito Penal (NEPEN)	72

2.6 Criação do Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon)	74
2.7 Implantação da Câmara de Mediação e Conciliação de Família	76
2.8 Implantação da Central de Comunicação de Prisão em Flagrante	78
2.9 Ampliação dos convênios de estágios	80
2.10 Memória: reestruturação do arquivo da DPE-PB	82
3. Fortalecimento da autonomia e transparência	84
3.1 Publicações dos atos administrativos no Diário da Justiça Eletrônico	86
3.2 Advogados dativos deixam de ser custeados pela DPE-PB	88
3.3 Confirmação de constitucionalidade da Lei do Subsídio	89
3.4 Defensoria Pública passa a elaborar e executar sua folha de pagamento	90
3.5 Luta pelo repasse constitucional do duodécimo	91
3.6 Avanços no Setor de Tecnologia da Informação	92
3.7 Ouvidoria-Geral é ocupada pela primeira vez por membro da sociedade civil	95
3.8 DPE-PB adota modelo nacional para carteira de identidade	96

3.9 Pesquisa aponta Defensoria Pública como instituição mais importante para brasileiros	98
3.10 Condege se reúne na Paraíba para articular interesses das Defensorias Públicas	100
4. Unindo forças	102
4.1 Casamento Indígena	104
4.2 Parcerias com o Poder Judiciário e TCE-PB	108
4.3 Projeto viabiliza retirada de documentos de apenados em presídios da Paraíba	111
4.4 Aquisição do prédio do antigo Hotel Tropicana	112
4.5 DPE-PB garante terrenos para construção de sede própria em Patos e Sousa	114
4.6 Cooperação com MPT garante recursos para reforma da Sede da DPE-PB	116
4.7 DPE-PB se une a Fecomércio e Senar para desenvolver ação social	118
4.8 DPE-PB garante recursos de emenda parlamentar para aquisição de unidade móvel	120
4.9 Defensoria viabiliza emissão gratuita de 2ª via de documentos	121
4.10 Defensoria Pública realiza mesa-redonda com candidatos ao Governo do Estado	122



Apresentação

Ao assumir a gestão da Defensoria Pública me comprometi em resgatar o sentido de unidade na Instituição, direcionar o foco dos nossos investimentos para os nossos assistidos, atividade finalística, retomar a atuação institucional para fora do gabinete e estar junto aos mais vulneráveis.

Assim, foram estabelecidas metas para dois anos de gestão que foram integralmente cumpridas e até superadas e, com base nos projetos e atividades previstos no Plano Plurianual, foi construído o nosso Planejamento Institucional Focal, que igualmente vem sendo fielmente executado.

Com o mesmo diminuto orçamento de cinco anos atrás, conseguimos realizar significativos avanços institucionais, concretizando assim o mote de nossa gestão, “fazer direito pela Defensoria, fazer melhor pela Paraíba”.

Fazer direito implicou mudanças em determina-

das culturas, o que pressupõe o engajamento e participação de membros e servidores da nossa Instituição, direta ou indiretamente.

Avançamos na atuação por meio das nomeações de novos defensores públicos, preenchendo as 23 vagas ofertadas no concurso, expandindo nossa atuação para localidades que há muito padeciam pela falta de Defensor Público; equipamos todas as unidades da Capital e do interior do Estado com computadores, internet, scanners, impressoras, móveis, ar-condicionados, entre outros, melhorando e muito a qualidade do serviço prestado; trocamos a maioria dos notebooks dos Defensores Públicos que apresentavam problemas de uso; no que se refere a nossa estrutura de atendimento, inauguramos em maio de 2017 um novo Núcleo em João Pessoa e, em junho do mesmo ano, a Defensoria passou a contar também com uma nova sede do Núcleo de Atendimento em Campina Grande. Em 2018 foram entregues os Nú-

cleos de Patos, Sousa e Cajazeiras, além de Sedes de Atendimentos em Cabedelo, Aroeiras e Pirpirituba; também regulamentamos a atuação do Núcleo Especial dos Direitos Humanos e da Cidadania, com investimentos na sua estruturação física de pessoal e organização do trabalho em grupos temáticos de atuação; investimos na desjudicialização e, assim, a conciliação, a justiça restaurativa e a constelação familiar são, hoje, práticas já incorporadas à Defensoria Pública; investimos no atendimento às demandas de saúde, com a criação de coordenações que proporcionaram a solução mais célere e eficaz dos conflitos; otimizamos a atuação do Núcleo de Defesa do Consumidor com o fortalecimento de canais diretos e pauta sustentável; entregamos as carteiras funcionais oficiais dos Defensores Públicos; realizamos dezenas de cursos de capacitação e aprimoramento funcional para servidores e Defensores Públicos; e, por fim, realizamos nos anos de 2017 e 2018 (até setembro) mais de 306 mil atendimentos à população mais vulnerável do nosso Estado.

Quanta coisa nós fizemos, quanto ainda temos por fazer. Sempre com a austeridade e responsabilidade que a natureza da função exige.

Cito nesta oportunidade Rubem Alves, na passagem sobre o processo de produção de pérolas: “A ostra só produz pérola para se proteger da dor causada pelo atrito do grão de areia”. É com esse espírito que conclamamos todos a se utilizarem desse método para oferecer o seu melhor e o que vemos é uma crescente onda de engajamento, dedicação e orgulho por essa tão nobre missão que desempenhamos.

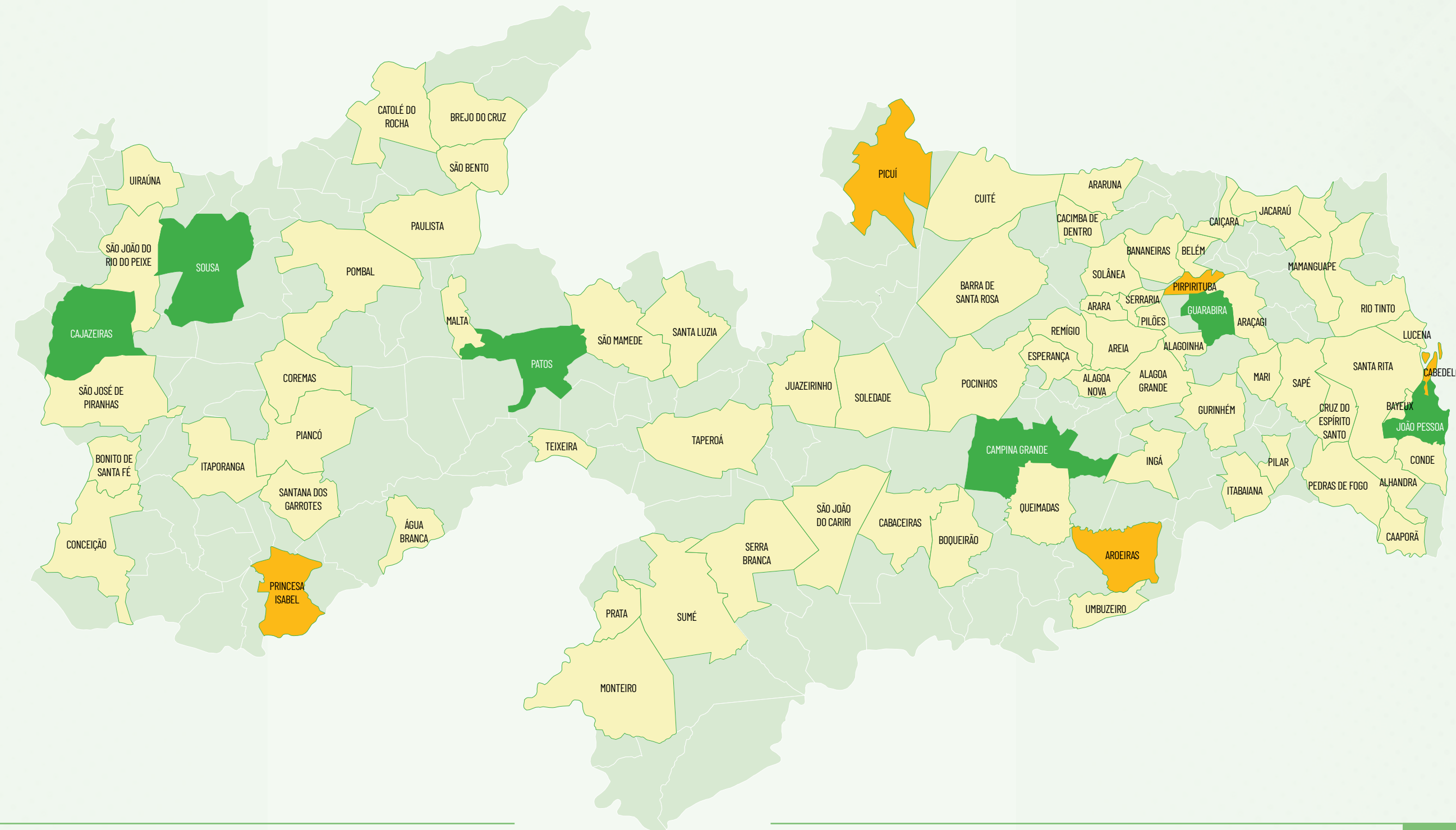
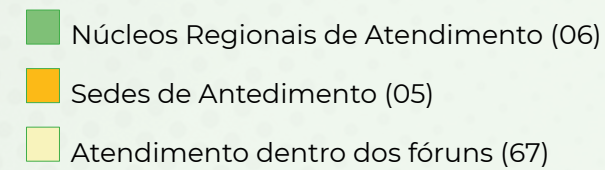
Que os próximos passos sejam de muito sucesso e de mais avanços em favor da nossa carreira e dos nossos assistidos, para que possamos contribuir para a diminuição da tão cruel desigualdade social revelada na desigualdade pelo acesso à justiça.

Maria Madalena Abrantes Silva
Defensora Pública Geral

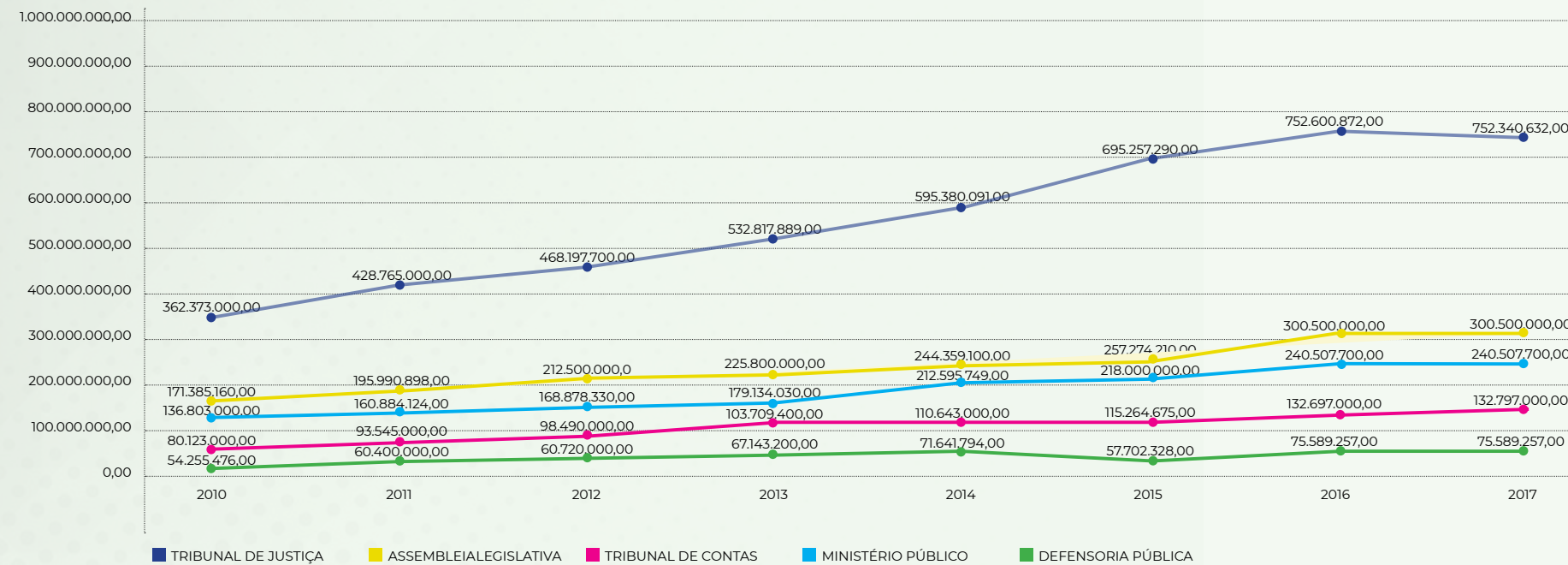
“A Defensoria Pública é o serviço público institucionalmente destinado a prestar aos necessitados a assistência jurídica capaz de permitir o acesso de todos à justiça e de resguardar e garantir o direito de todos à ampla defesa, com o objetivo que se viabilize o direito fundamental de todos quantos não tiverem recursos à assistência jurídica integral e gratuita.”

Nelson Nery Júnior

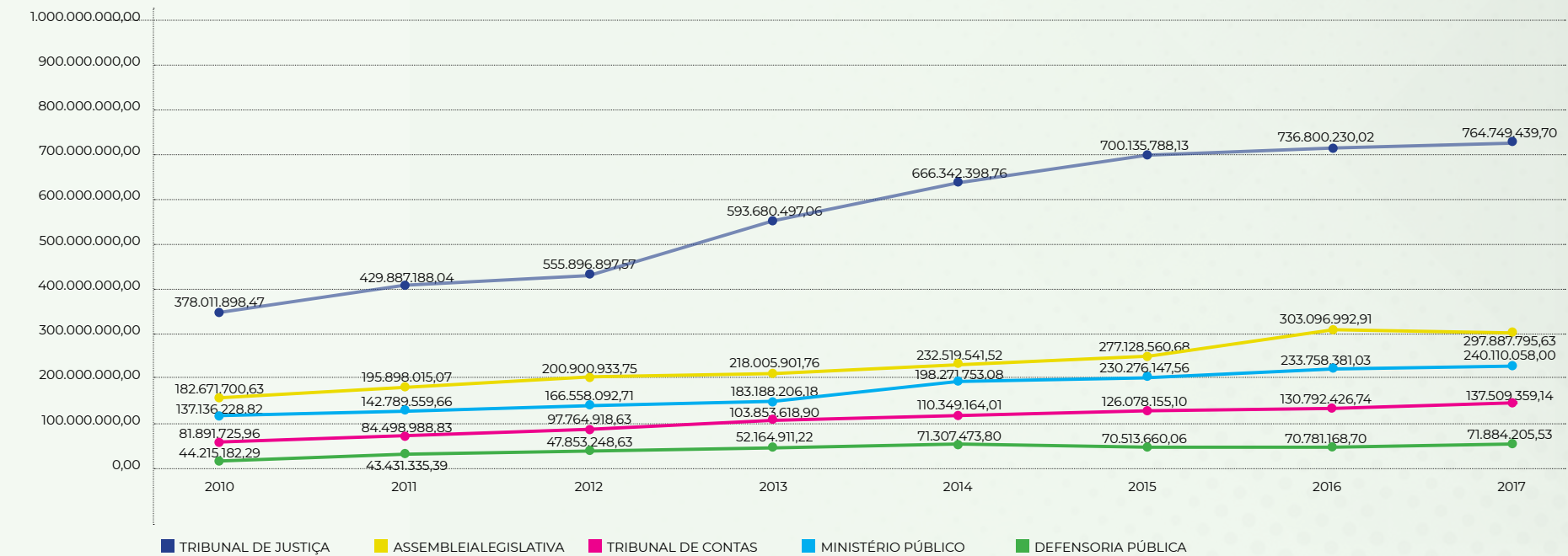
ONDE ESTAMOS



ORÇAMENTO FIXADO DA DPE-PB E DOS PODERES E ORGÃOS AUTÔNOMOS DO ESTADO DA PARAÍBA



ORÇAMENTO EXECUTADO DA DPE-PB E DOS PODERES E ORGÃOS AUTÔNOMOS DO ESTADO DA PARAÍBA



1. Ampliação dos serviços e expansão da DPE-PB

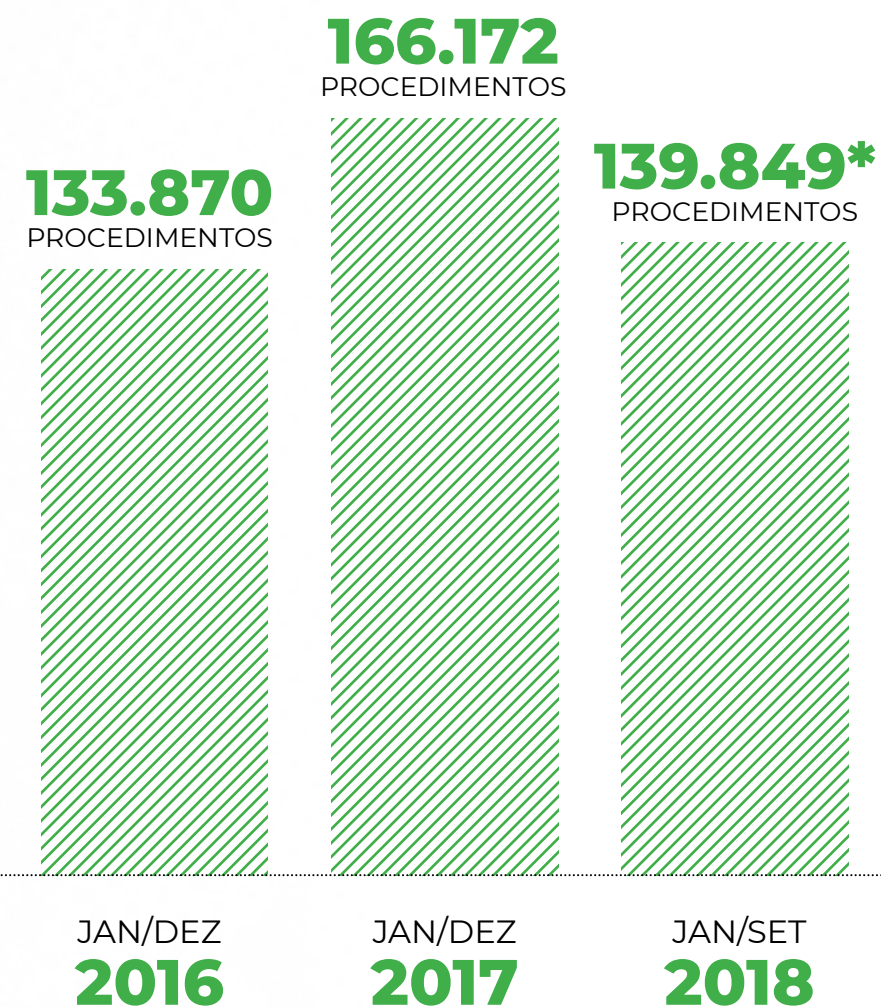
*“Jura-me que vossa causa é justa e eu defenderei
vossa causa gratuitamente”*

Santo Ivo



1.1 Produtividade

O aumento da produtividade foi uma das grandes marcas deste biênio. Em 2017, a Defensoria Pública realizou 166.172 atendimentos, 24% a mais do que no ano anterior. Apenas nos estabelecimentos penais, foram 17.209, de acordo com dados da Corregedoria. Em 2018, já foram realizados mais de 139 mil atendimentos, apenas no período de janeiro a setembro, e mais de 15,5 mil em unidades prisionais, no mesmo período.



* Dados parciais relativos ao período de janeiro a setembro de 2018



Produtividade

POR ÁREA DE ATUAÇÃO

Área	2016	2017	2018*
CÍVEL	37.593	44.393	38.545
CRIMINAL	55.446	72.290	59.480
FAMÍLIA	36.090	44.553	37.220
FAZ. PÚBLICA	4.741	4.936	4.604

*Dados parciais do período de janeiro a setembro de 2018

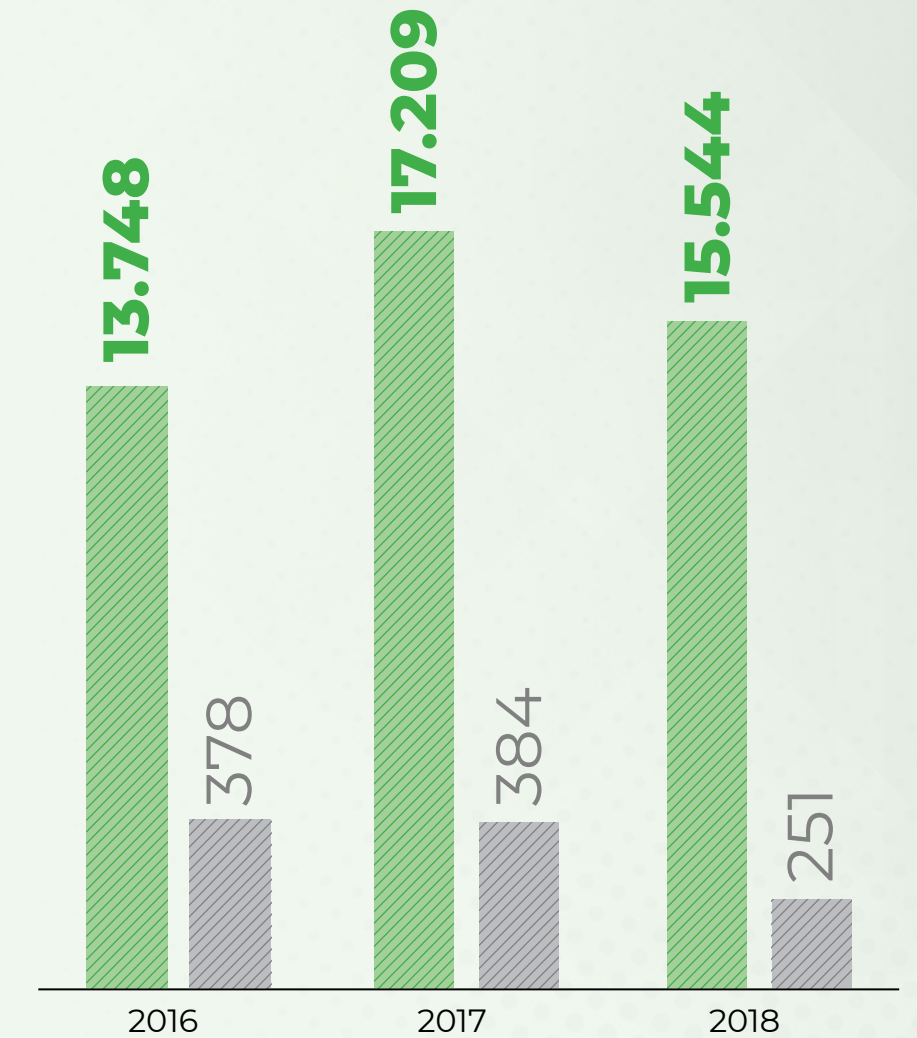
Produtividade

EXECUÇÃO PENAL

Na Execução Penal, os atendimentos cresceram 25% de 2016 para 2017. Em 2018, no período de janeiro a setembro, os atendimentos ultrapassaram a marca dos 15 mil.

Legenda

- Estabelecimentos penais
- Júris realizados



*Dados parciais do período de janeiro a setembro de 2018

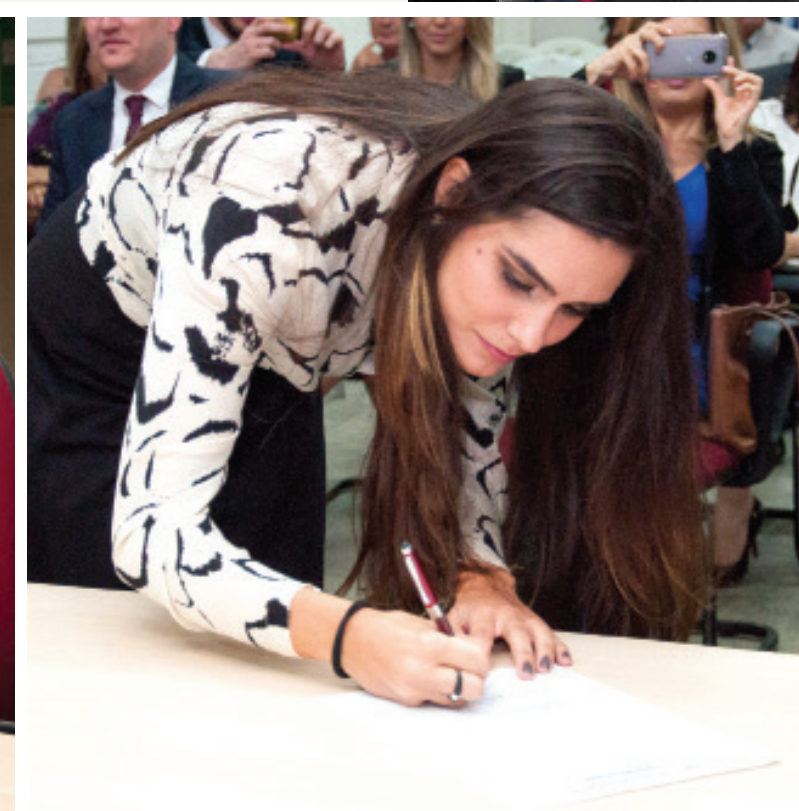
1.2 Renovação da categoria com a nomeação dos defensores públicos concursados

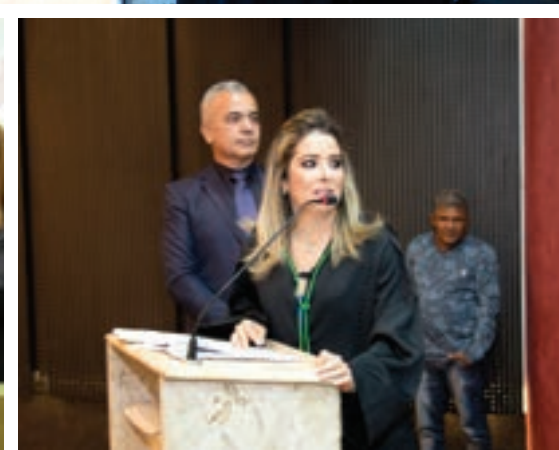
Através de muita determinação e superação de adversidades orçamentárias, foram empossados 23 defensores públicos aprovados no primeiro concurso público da história da Instituição, realizado em 2014, e que aguardavam nomeação desde agosto de 2015, quando o resultado do concurso foi homologado. Esse reforço no quadro da DPE-PB possibilitou a ampliação dos serviços da Defensoria Pública em todo o Estado, potencializando o acesso de pessoas carentes à Justiça nas Comarcas de 1ª entrância.





POSSE | O Conselho Superior deu posse aos primeiros 15 colocados no concurso público para defensor público da DPE-PB no dia 6 de julho de 2017, na Sala de Reunião do Conselho Superior





CERIMÔNIA | A solenidade de posse aconteceu no dia 10 de julho de 2017, no Centro Cultural Ariano Suassuna, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba





CONVOCAÇÕES | Outros seis defensores públicos aprovados foram convocados em agosto, setembro e outubro de 2017. A última chamada aconteceu em março de 2018, quando cinco novos membros da DPE-PB tomaram posse.



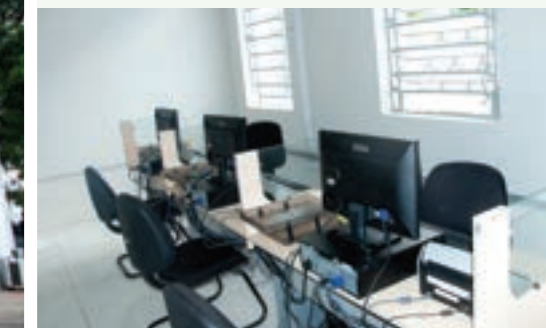
1.3 Instalação e reforma dos Núcleos Regionais de Atendimento

Dentro da proposta de interiorização das ações e oferecimento de melhores condições de trabalho aos defensores públicos e atendimento aos assistidos, os Núcleos Regionais de Atendimento das cidades de João Pessoa e Campina Grande foram reinstalados em prédios maiores e mais confortáveis. Nas cidades de Patos e Sousa, onde o atendimento acontecia dentro dos fóruns, a Defensoria instalou efetivamente Núcleos de Atendimentos em prédios de uso exclusivo da Instituição. Já o Núcleo Regional de Cajazeiras, único prédio próprio da Defensoria fora da Capital, foi completamente reformado e modernizado.

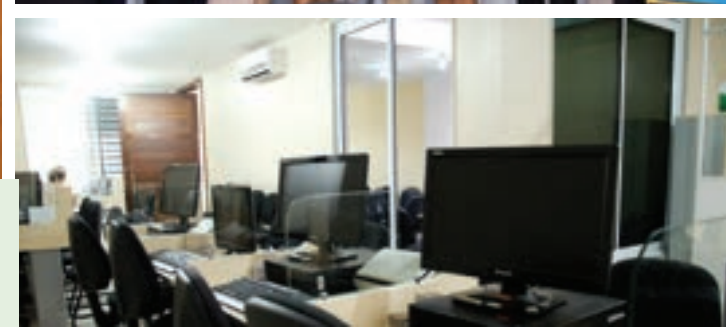
JOÃO PESSOA



RUA DAS TRINCHEIRAS | Inaugurado em 19 de maio de 2017, o Núcleo de João Pessoa ganhou mais espaço e comodidade



CAMPINA GRANDE



CENTRO | Núcleo de CG também ganhou novas instalações no dia 27 de julho de 2017, ampliando o espaço de atendimento ao público

PATOS



FORA DO FÓRUM | Em 5 de março de 2018, a cidade de Patos, que abrange nove municípios da região metropolitana, ganhou o seu Núcleo Regional de Atendimento da Defensoria Pública da Paraíba

SOUSA



ALTO SERTÃO | A população de Sousa e de mais oito cidades circunvizinhas passaram a contar com um Núcleo Regional de Atendimento no dia 5 de abril de 2018



CAJAZEIRAS



REFORMA | O Núcleo Regional de Atendimento de Cajazeiras foi completamente reformado e entregue no dia 22 de agosto de 2018, quando a cidade completou 155 anos de emancipação



1.4 Instalação e reformas de Sedes de Atendimento

Além da instalação e reforma de cinco Núcleos Regionais de Atendimento, que funcionam em prédios próprios ou alugados, a gestão também tirou o atendimento da DPE-PB de dentro dos fóruns em duas cidades: Cabedelo e Aroeiras. Já Pirpirituba, que já funcionava em prédio alugado, ganhou novas instalações.



CABEDELO



PARCERIA | Inauguração da Sede de Atendimento de Cabedelo só foi possível com a parceria do TJPB, que cedeu o imóvel à DPE-PB; inauguração aconteceu em 30 de janeiro de 2018

AROEIRAS



CONFORTO | A cidade, que também atende a população de Gado Bravo, ganhou uma ampla Sede de Atendimento da DPE-PB em setembro de 2018



PIRPIRITUBA



NOVO ENDEREÇO | Pirpirituba ganhou sede nova em outubro de 2018, com mais conforto e acessibilidade aos seus usuários



1.5 Instalação e reformas de Salas de Atendimento

Com o objetivo de ampliar e facilitar o atendimento da Defensoria Pública na Capital, duas Salas de Atendimento foram inauguradas, além do Núcleo Regional de Atendimento de João Pessoa. A Sala localizada no Fórum de Mangabeira foi reformada e ampliada, melhorando o acesso da população que reside na Zona Sul da cidade; já a Câmara de Vereadores de João Pessoa abriu espaço para a instalação de uma nova Sala de Atendimento da DPE-PB no Centro. Em Pombal, no Sertão do Estado, a Defensoria Pública também entregou novas instalações dentro do Fórum da cidade.



FÓRUM DE MANGABEIRA | Em 2018, a DPE-PB ganhou mais espaço dentro do Fórum; a inauguração das novas instalações aconteceu no dia 23 de janeiro do mesmo ano



CÂMARA DE VEREADORES | Atendimento da Defensoria Pública chegou à Casa do Povo de João Pessoa em abril de 2017



POMBAL | Sala "Defensor Antônio Ugolino" foi inaugurada no dia 28 de setembro de 2017

1.6 Defensoria Itinerante

A criação do projeto Defensoria Itinerante facilitou o acesso à assistência jurídica gratuita a pessoas carentes de vários bairros da Capital e de cidades da Paraíba. A ação vai além do acesso à justiça e também leva à população informações sobre direitos humanos e cidadania, identificando as principais necessidades jurídicas da comunidade para exame de eventuais ações jurídicas.



Defensoria Itinerante

Locais atendidos na Paraíba:

Catolé do Rocha

(2018)

Pombal

(2017)

Coremas

(2018)

São José do Sabugi

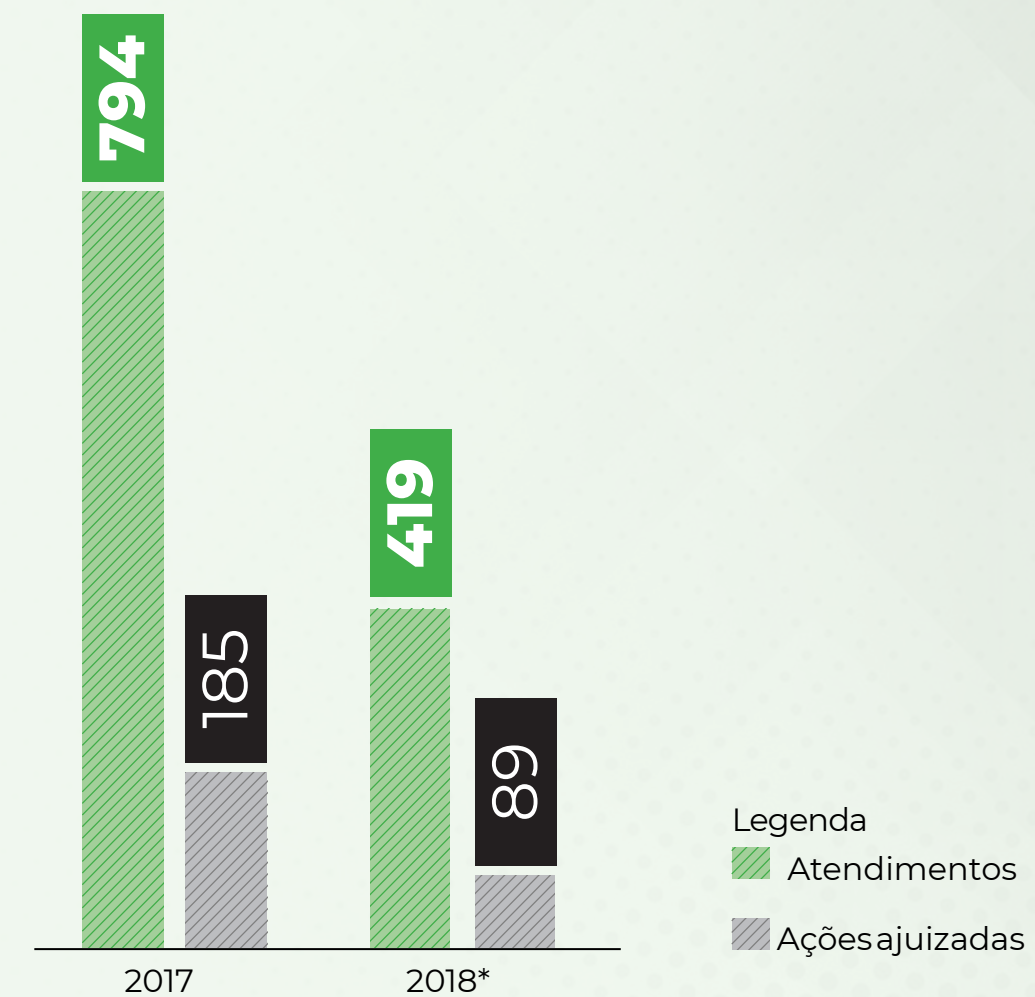
(2018)

João Pessoa

(2018)

Campina Grande

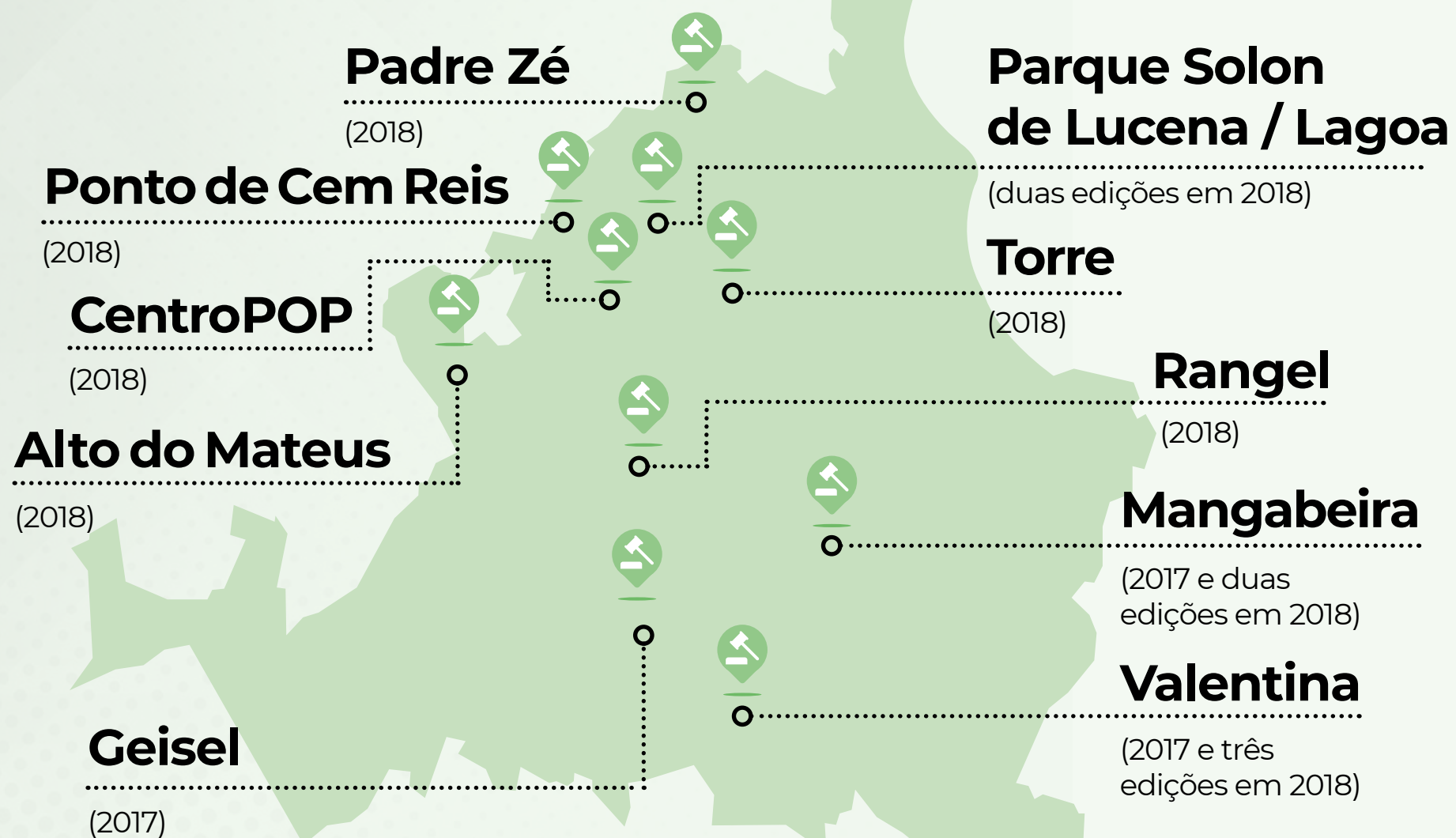
(2017)



*Dados parciais relativos ao período de janeiro a outubro de 2018

Defensoria Itinerante

Locais atendidos em João Pessoa:



PARCERIA PMJP | Convênio com Procon-JP possibilitou a ampliação do atendimento itinerante da DPE-PB, além de proporcionar assistência conjunta nas áreas cível e do consumidor

2. Estrutura e organização institucional

“É preciso construir a cidadania a partir do reconhecimento de que assiste, a toda e qualquer pessoa, uma prerrogativa básica que se qualifica como fator de viabilização dos demais direitos e liberdades. Torna-se imperioso reconhecer que toda pessoa tem direito a ter direitos”

Celso de Mello



2.1 Planejamento Estratégico

A formatação de um planejamento estratégico com o foco na maximização das ações e profissionalização da gestão da Defensoria Pública da Paraíba culminou na implantação de um sistema de Gestão por Competência, que consistiu na organização dos setores, com atividades de consultoria organizacional e gestão.

2.2 Economia de gastos

A Defensoria Pública da Paraíba adotou no biênio 2017/2018 medidas de contenção de despesas e otimização dos gastos públicos, buscando continuamente o aprimoramento da gestão pública. Entre os setores que melhor responderam a estas medidas, destacam-se gastos com internet (pág 94); segurança armada, mesmo com aumento de postos de vigilância; e transporte, que apresentou significativa redução de gastos com manutenção e combustíveis de veículos oficiais.

Se por um lado os gastos no Setor de Transportes foram reduzidos, a frota de veículos em pleno funcionamento aumentou 38%. O Setor também realizou o primeiro Leilão Público de Veículos da Instituição, desfazendo-se de automóveis que atingiram o seu tempo de uso e eram considerados antieconômicos. Sete dos nove lotes disponibilizados foram arrematados. Os veículos foram arrematados por R\$ 62,7 mil, superando os R\$ 54,7 mil previstos nos lances iniciais.



Gastos com manutenção preventiva e corretiva de veículos oficiais*

Biênio 2015/2016

R\$ 263.746,81

Biênio 2017/2018**

R\$ 117.212,30

*Peças e serviços

**Dados parciais relativos ao período de janeiro de 2017 a agosto de 2018



Gastos com combustíveis de veículos oficiais*

Biênio 2015/2016

R\$ 261.009,02

Biênio 2017/2018**

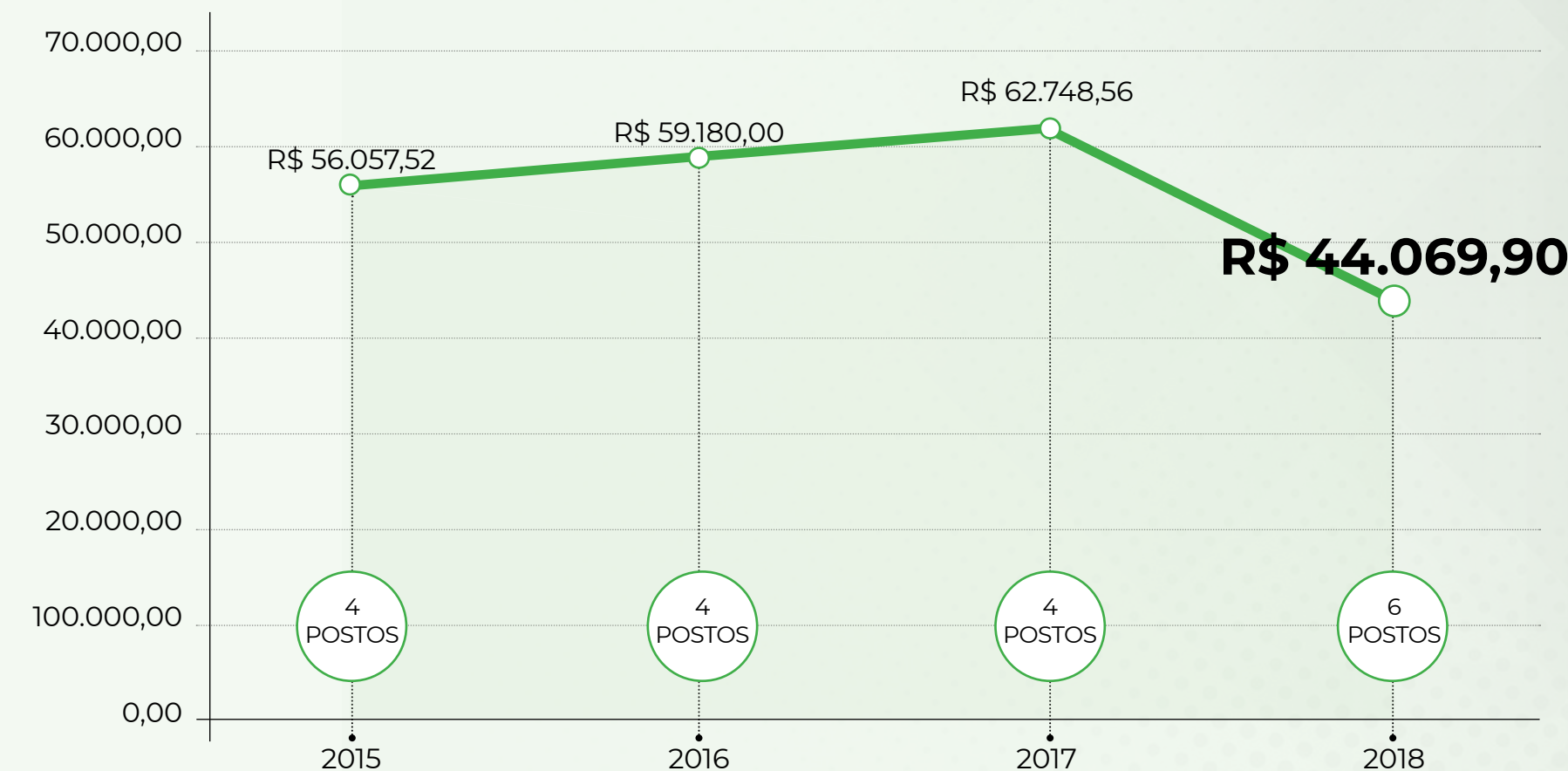
R\$ 235.309,95

*Os preços da gasolina no biênio 2015/2016 custavam, em média, 30% a menos do que os preços praticados no biênio 2017/2018. O diesel também apresentou aumento médio de 19% em relação ao período anterior.

**Dados parciais relativo ao período de janeiro de 2017 a setembro de 2018

Gastos mensais com segurança armada

Com o fim da vigência do contrato e a nova licitação para contratação de empresa de segurança, a DPE-PB conseguiu reduzir custos e aumentar de quatro para seis o número de postos de vigilância armada



2.3 Instalação da Escola Superior da Defensoria Pública da Paraíba

Dentro desse contexto de aprimoramento da gestão administrativa, a instalação da Escola Superior da Defensoria Pública da Paraíba foi fundamental. Por meio dela, a DPE-PB colocou em prática uma política mais combativa de preparação intelectual dos membros da Instituição, com a realização de cursos de aprimoramento funcional, participação em seminários, simpósios, palestras e congressos. Essa política de capacitação também chegou aos servidores da Instituição.



INOVAÇÃO | A diretora geral da ESDP, Diana Picolli, e a diretora de Ensino, Remédios Mendes, reunidas com um grupo de defensores públicos liderados pela DPG para discutir a implantação de novos projetos



JUN 2017 | Curso de Extensão em Execução Penal destinado a defensores públicos e assistentes que atuam na área penal



JUL 2017 | Escola Superior promove treinamento para defensores públicos aprovados em concurso



AGO 2017 | Curso de Orientação e Atualização em Questão Jurisprudencial para defensores de Campina Grande



AGO 2017 | Curso de Capacitação em Mediação e Conciliação Judicial e Extrajudicial para a Defensoria Pública da Paraíba, com o juiz Bruno Azevedo



SET 2017 | Escola Superior custeia a participação de 75 defensores públicos no Congresso Nacional do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB)



MAI 2018 | Curso de Capacitação para criação de Grupos Reflexivos de Homens Autores de Violência, ministrado por João Domingues Wesley (TJDFT)



SET 2018 | Curso de Cultura de Paz e Justiça Restaurativa, destinado a defensores públicos que atuam na seara criminal



OUT 2018 | Realização do minicurso Atuação Extrajudicial, com o defensor público do Distrito Federal, Éverin Estácio de Ávila

2.4 Instalação do Núcleo Especial dos Direitos Humanos e da Cidadania (NECID)

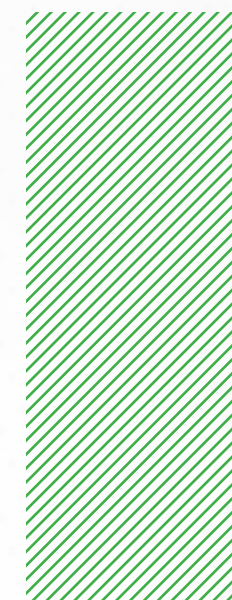
Previsto na Lei Complementar 104/2012, o Núcleo Especial dos Direitos Humanos e da Cidadania (NECID) e todas as suas coordenadorias foram finalmente instalados e passaram a funcionar plenamente, atuando na promoção da defesa dos interesses e direitos humanos, dos direitos difusos coletivos e individuais homogêneos dos hipossuficientes do Estado.

NECID

Coordenadoria de Defesa dos Direitos Humanos, da Cidadania e de Ações Coletivas

Responsável por uma das mais importantes ações implantadas pela Defensoria Pública nesta gestão, a Defensoria Itinerante (pág 42), a Coordenadoria de Defesa dos Direitos Humanos, da Cidadania e de Ações Coletivas também atuou em outras frentes, como na tutela dos direitos difusos e coletivos, patrocinando ações civis públicas em benefício de grupos de pessoas hipossuficientes.

1.213
DEFENSORIA
ITINERANTE



25
AÇÕES CIVIS
PÚBLICAS



NECID

Coordenadoria da Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência

Desde que foi implantada, em março de 2018, a Coordenadoria da Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência se aproximou de órgãos e instituições ligados a estes segmentos para aprofundar o debate, planejar sua atuação e propor políticas públicas direcionadas. Nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, a coordenação organizou palestras, participou de seminários e outros eventos, apresentando a Defensoria como instrumento mobilizador para o desenvolvimento de ações na promoção dos direitos dos idosos e das pessoas com deficiência.



EM CAMPINA GRANDE | Participação da coordenadora Fernanda Peres no Seminário Regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizado pelo Governo do Estado e Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em setembro de 2018



SEMINÁRIO | Com a parceria da UFPB, a Coordenadoria da DPE-PB realizou o seminário "Inclusão Social e Direitos das Pessoas com Deficiência", onde foram discutidas as temáticas da educação e moradia das pessoas com deficiência



ARTICULAÇÃO | Reunião com Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizada em junho de 2018, em Campina Grande. À direita, mais uma participação da coordenação em reuniões realizadas com os segmentos de pessoas com deficiência - dessa vez em João Pessoa, com os surdos - para o planejamento de ações



SÃO PAULO | A coordenadora Fernandes Peres se apresenta na primeira reunião da Comissão Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Anadep, ocorrida em outubro de 2018

NECID

Coordenadoria de Defesa e promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Com atuação cotidiana na defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente, a Coordenadoria da DPE-PB integra importantes ações da rede interinstitucional de proteção à criança e ao adolescente, a exemplo do Grupo de Trabalho do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (GT SINASE) e do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Também faz parte da rotina da coordenação a realização de inspeções nas unidades do Sistema Socioeducativo de Internação da Paraíba, incluindo visitas aos internos e avaliação das condições de internação dos jovens, bem como o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência.



AGOSTO DE 2017 | Participação no Seminário Estadual para definição de atribuições e pactuação de protocolos de atendimento na aplicação de medidas protetivas e socioeducativas de crianças e adolescentes no estado da Paraíba



ABRIL DE 2017 | A Comissão Especializada de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege) se reuniu em João Pessoa para discutir formas de aperfeiçoamento no atendimento socioeducativo

ATENDIMENTOS DA DEFENSORIA PÚBLICA NA VARA DA INFÂNCIA

4.524
ATENDIMENTOS



JAN/DEZ
2017

2.948*
ATENDIMENTOS



JAN/SET
2018

*Dados parciais de janeiro a setembro

NECID

Coordenadoria de Defesa da Mulher

Com o foco na violência doméstica, a Coordenadoria de Defesa da Mulher atua no atendimento, prevenção e orientação à mulher vítima de violência. Em atividade desde março de 2017, a coordenação possui uma equipe multidisciplinar - formada por uma assistente jurídica e duas psicólogas -, que atende na Delegacia da Mulher do Geisel (Central de Polícia), em João Pessoa. A coordenação também está presente, por meio da sua coordenadora, no Juizado da Violência Doméstica, onde faz o atendimento à mulher vítima de violência já em fase judicial.



DIA DA MULHER 2017 | Com distribuição de cartilhas sobre violência contra a mulher e orientações gerais sobre direito e cidadania, a Coordenadoria da Mulher da DPE-PB participou do evento organizado pela Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres da PMJP, na Lagoa, em alusão ao Dia Internacional da Mulher



SALA DE ATENDIMENTO | A DPG Madalena Abrantes e o secretário de Estado de Segurança e Defesa Social, Cláudio Lima, assinam Termo de Cooperação Técnica para implementação de núcleos de atendimento jurídico e psicossocial da Defensoria Pública junto à Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência

DIA DA MULHER 2018 | No ano seguinte, a Coordenadoria voltou ao Parque da Lagoa mais uma vez em parceria com a PMJP para orientar a população sobre violência doméstica e também sobre a Reforma Trabalhista



WORKSHOP DE ACESSO À JUSTIÇA | Evento realizado pela Avon com o objetivo de desenvolver um trabalho eficaz e integrado no suporte às vítimas de violência doméstica e sexual contou com a participação da coordenadora de Defesa da Mulher, Eliane Menezes, e da equipe multidisciplinar da DPE-PB





MUTIRÃO JUSTIÇA PELA PAZ | Coordenadoria está sempre presente nos mutirões realizados pelo TJPB de processos envolvendo casos de violência doméstica e familiar contra mulher. Na foto, a 11ª Etapa da Semana Justiça Pela Paz em Casa, no Fórum de Mangabeira



PROJETO CUIDAR | DPE-PB firma parceria com a Associação das Esposas dos Magistrados da Paraíba, representada pela presidente Ana Lúcia Alencar Pereira, para proporcionar capacitação profissional e assistência psicológica a mulheres vítimas de violência doméstica

ATENDIMENTOS ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

DELEGACIA DA MULHER

 544*

*Dados relativos ao período de março de 2017 a outubro de 2018

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

2017 —  1.991

2018 —  1.557*

*Dados parciais relativos ao período de janeiro a setembro de 2018

NECID

Coordenadoria de Mediação Sanitária/ Saúde

Instalada em junho de 2017, a Coordenação de Mediação Sanitária da Defensoria Pública da Paraíba atua na garantia da saúde como um direito de todos e dever do Estado. Nesse sentido, busca solução para as demandas médicas dos seus assistidos, como o fornecimento de medicamentos, procedimentos, exames, internações, entre outras demandas, priorizando as soluções administrativas e evitando a judicialização. Quando necessário, a coordenação utiliza da via judicial adequada. Foram mais de 270 ações judiciais no período de junho de 2017 a setembro de 2018.



PARCERIA | DPE-PB e CRM assinam Termo de Cooperação para potencializar ações conjuntas em prol da saúde e da população, sobretudo vistorias e fiscalizações às instituições públicas de saúde



I ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE DIREITO E SAÚDE | Evento realizado pela DPE-PB contou com a parceria do Instituto de Direito Civil Constitucional (IDCC) da UFPB e do Núcleo de Saúde Pública (Nesp) da Universidade de Brasília (UnB)



AUDIÊNCIA PÚBLICA | Participação em debate realizado pela Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP) para discutir o descredenciamento do Instituto de Psiquiatria da Paraíba (IPP) em maio de 2018



VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA | Audiência pública realizada em novembro de 2017 que resultou na criação do Fórum Interinstitucional Permanente de Prevenção e Combate à Violência Obstétrica



DIA DA SAÚDE | A coordenadora Remédios Mendes integra comitiva de inspeção nos hospitais públicos de João Pessoa

Ações Judicializadas na Saúde

Área	2017 (DE JUNHO A DEZEMBRO)	2018 (DE JANEIRO A SETEMBRO)
PEDIDO LIMINAR	96	179
PEDIDO LIMINAR CONCEDIDO	56	115
OBRIGAÇÕES DE FAZER	96	180
MEDICAMENTOS	61	127
OUTRAS AÇÕES	38	79

NECID

Coordenadoria da Diversidade Sexual e dos Direitos Homoafetivos

Atuante na defesa individual e coletiva dos direitos dos cidadãos LGBT, a Coordenadoria da Diversidade Sexual e dos Direitos Homoafetivos surgiu por uma necessidade da sociedade civil organizada e dos movimentos LGBTs. Através de uma atuação interinstitucional com órgãos como o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Defensoria Pública da União (DPU), a coordenação busca fomentar e monitorar a política pública destinada à promoção da igualdade da população LGBT, por meio de ações como a realização de audiências públicas, seminários, emissão de recomendações, entre outras ações desenvolvidas também em parceria com o movimento LGBT.



CAPACITAÇÃO | Profissionais da Atenção Básica de São Bento (PB) são capacitados para atendimento da população LGBT



DEBATE | Coordenadora da Diversidade, Remédios Mendes participa do seminário "Mídia, Democracia e Direitos LGBT na Perspectiva dos Direitos Humanos", promovido pelo Movimento LGBT com apoio de várias instituições, incluindo a DPPB



PARADA LGBT | Coordenadoria da DPE-PB participa do desfile e monta Posto de Atendimento na 17ª edição do evento, em João Pessoa



DIA DE LUTA | Defensoria Pública monta Tenda de Serviços no Ponto de Cem Réis no Dia de Combate à LGBTfobia, em 17 de maio de 2018



REPRESENTATIVIDADE | Coordenadora Remédios Mendes (à esquerda) se reúne com o prefeito de Sousa, Fábio Tyrone, e a secretária de Estado, Gilberta Soares, para reivindicar a criação da Secretaria Municipal dos Direitos da Mulher e da Diversidade



DISCRIMINAÇÃO | Remédios Mendes participa de reunião com procurador-geral do Estado para discutir ação que pediu a revogação da Lei 10.895/2017

2.5 Aprovação do Projeto de Implantação do Núcleo Especial de Direito Penal (NEPEN)

Previsto no Artigo 31 da Lei Complementar Nº 104/2012, o Núcleo Especial de Direito Penal (NEPEN) teve o seu Projeto de Implantação e Resolução - elaborados pela Gerência Executiva de Execução Penal e Acompanhamento de Penas Alternativas (GEEPA-PA) - aprovados pelo Conselho Superior da DPE-PB em outubro de 2018.

O NEPEN vai concentrar os serviços criminais existentes na Defensoria Pública do Estado da Paraíba, facilitando o acesso da população mais necessitada à Instituição. Caberá ao Núcleo atender demandas pré-processual, processual e pós-processual em ca-

sos de flagrante delito, atuação do Tribunal do Júri, atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes e execução penal, além de manter uma estrutura interprofissional com o desenvolvimento de práticas restaurativas.

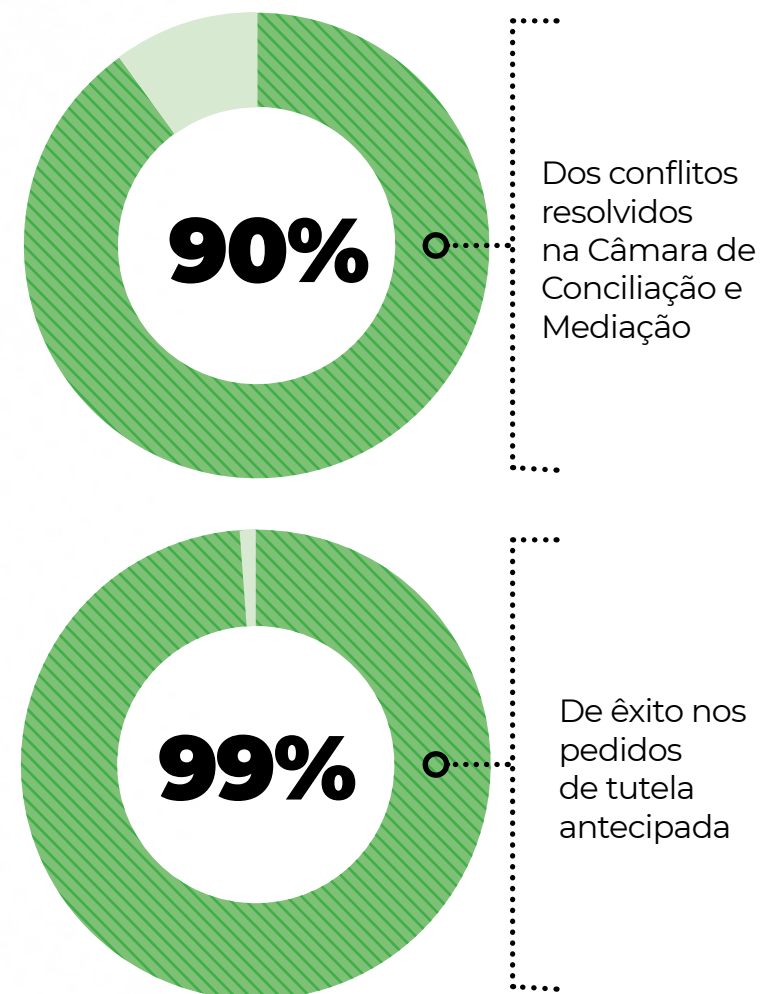
Serão órgãos integrantes do NEPEN a Gerência Operacional de Articulação com os Estabelecimentos Penais; a Gerência Operacional de Controle e Acompanhamento de Penas; a Central de Flagrantes; o Serviço de Defesa e Promoção dos Direitos da Infância e do Adolescente na área criminal; o Serviço de Atuação no Júri; a Gerência Operacional de Apoio Psicossocial; e uma equipe interprofissional.



APROVAÇÃO | Projeto de implantação do NEPEN foi aprovado pelo Conselho Superior da DPE-PB na Sessão Ordinária do dia 30 de outubro de 2018

2.6 Criação do Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon)

No período de um ano e meio, o Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon) evitou a judicialização de 90% das ações que chegaram à Instituição por meio da sua Câmara de Conciliação e Mediação. Com o objetivo de solucionar conflitos entre as partes, o Núcleo é mais um reforço para os consumidores na defesa dos seus direitos, especialmente àqueles que enfrentam problemas com planos e seguros privados de assistência médica à saúde, contas de cartão de crédito ou se sentiu ludibriado em alguma operação no comércio.



*Dados relativos ao período de maio de 2017 a outubro de 2018

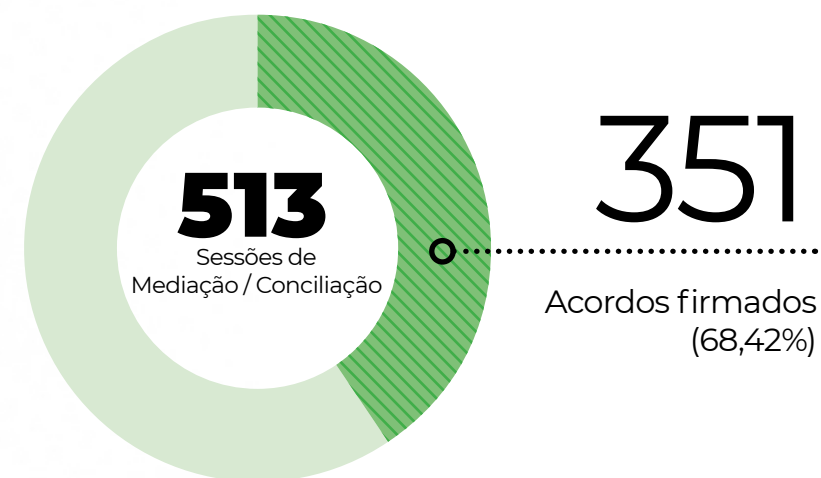


DESJUDICIALIZAÇÃO | Coordenado pelo defensor Manfredo Rosenstock, o Nudecon evitou a judicialização de 90% dos conflitos que chegaram à DPE-PB por meio da sua Câmara de Conciliação

2.7 Implantação da Câmara de Mediação e Conciliação de Família

Fruto de convênio com o Tribunal de Justiça da Paraíba, a Defensoria Pública da Paraíba instalou a Câmara de Mediação e Conciliação de Família, dando mais agilidade aos processos e evitando a judicialização. Localizada no Núcleo de Atendimento de João Pessoa, nas Trincheiras, a Câmara realizou 513 sessões em 13 meses, o equivalente a 40 por mês, e 351 acordos firmados.

68,42% DAS SESSÕES DE CONCILIAÇÃO TERMINAM EM ACORDOS ENTRE AS PARTES



* Dados relativos ao período de julho de 2017 a agosto de 2018



MAIS AGILIDADE | Coordenada pela defensora pública Catarina Guimarães, a Câmara de Conciliação e Mediação de Família realiza, em média, 40 sessões por mês

2.8 Implantação da Central de Comunicação de Prisão em Flagrante

Para otimizar a prestação jurisdicional, a Defensoria Pública implantou a sua Central de Comunicação de Prisão em Flagrante, que funciona na Central de Polícia da Capital. O setor é responsável pela análise de todos os autos das prisões em flagrante lavrados em João Pessoa, contemplando a realização das audiências de custódia necessárias para garantir ao assistido da DPE-PB o controle da legalidade de sua prisão.

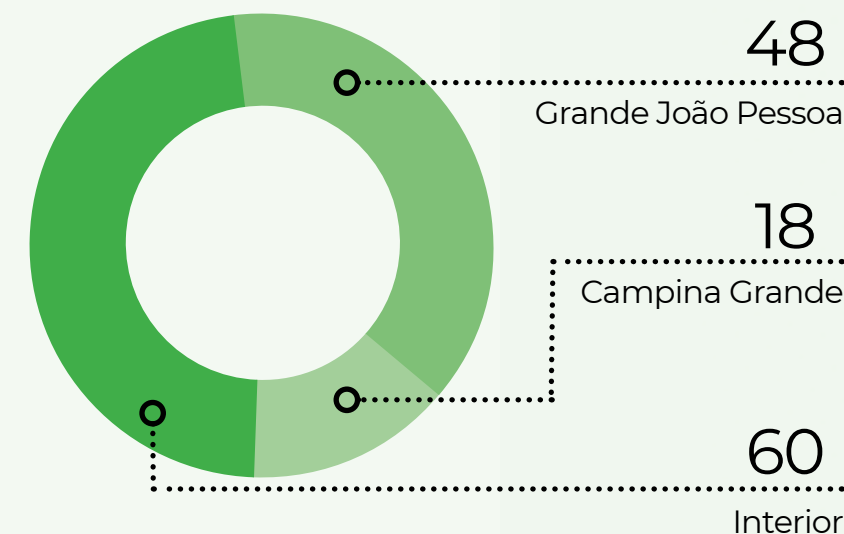


CENTRAL DE POLÍCIA | A Central de Comunicação de Prisão em Flagrante da DPE-PB foi inaugurada em março de 2017, sob a coordenação do defensor público André Carvalho

2.9 Ampliação dos convênios de estágios

Em um ano e meio, a Defensoria Pública do Estado da Paraíba mais que dobrou o número de estagiários conveniados com a Instituição. Atualmente, 126 estudantes de 11 Instituições de ensino reforçam o atendimento ao público por meio de estágio remunerado - sendo 115 bolsas pagas pela DPE-PB e 11 pela instituição de ensino. Os estudantes são oriundos dos cursos de Direito, Administração e Tecnologia da Informação e estão distribuídos em setores administrativos, Núcleos de Atendimento, Fóruns e comarcas de várias regiões do Estado.

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS



INSTITUIÇÕES CONVENIADAS

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Maurício de Nassau (UNINASSAU)
Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP)
Associação Paraibana de Ensino Renovado (ASPER)
Faculdade de Ensino Superior da Paraíba (FESP)

Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)
Centro Universitário Unifacisa (FACISA)
Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos (CESREI)
Faculdades Integradas de Patos (FIP)
União de Ensino Superior de Campina Grande (UNESC)

2.10 Memória: reestruturação do arquivo da DPE-PB

Em março de 2018, a Defensoria Pública iniciou o processo de organização e reestruturação do seu Arquivo Geral. O acervo documental é composto por documentos e processos provenientes dos setores administrativos e finalísticos da DPPB, entre eles: ofícios, memorandos, relatórios de atividades, portarias, mandados de intimação, processos administrativos e outros, que passaram a receber o tratamento adequado e necessário à preservação da história e memória da instituição, com vistas ao acesso à informação.

Atualmente, no que se refere à quantificação do acervo, seu volume documental é de aproximadamente 191,21 metros lineares, distribuídos em 1.068 caixas arquivo e 541 pastas A-Z em um espaço de aproximadamente 22.88 metros quadrados.

A reestruturação é um avanço na gestão, preservação e segurança do acervo documental, considerando o disposto na Legislação Arquivística Brasileira.



ANTES | Documentos amontoados, empoeirados, sujeitos a traças e a redução do seu tempo útil



DEPOIS | Além de dar apoio à tomada de decisões, o Arquivo representa a memória e a história da DPPB

3. Fortalecimento da autonomia e Transparência

“A opção pela Defensoria Pública é vocacional, porque própria de pessoas que fazem do direito mais do que um meio de vida, talvez a mais bela razão de viver”

Carlos Ayres de Britto

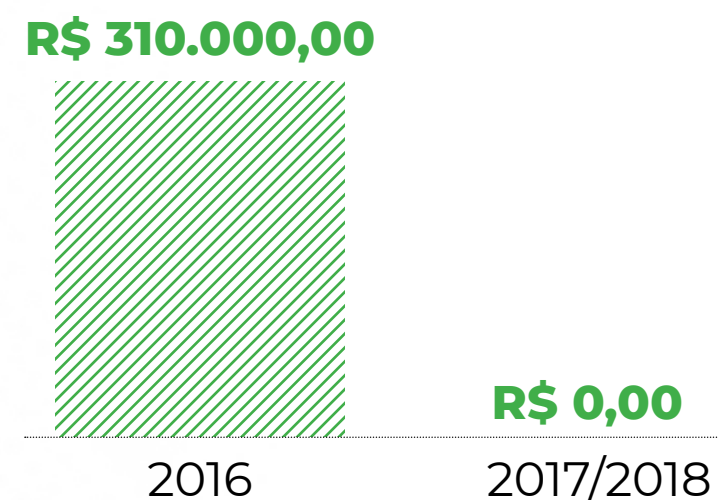


Um Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça da Paraíba, assinado em fevereiro de 2017, viabilizou a publicação dos atos administrativos da Defensoria Pública da Paraíba no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), efetivando as autonomias funcional, administrativa e financeira da Instituição, além de dar mais eficiência e transparência à gestão.

3.2 Advogados dativos deixam de ser custeados pela DPE-PB

A Defensoria Pública corrigiu um flagrante desvio da sua missão institucional ao parar de custear os advogados dativos, nomeados em Termos de Audiência para prestar assistência judiciária gratuita. A decisão se deu com base nas Ações Diretas de Inconstitucionalidades (ADIs) 3.892 e 4.270, julgadas pelo Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucional a terceirização de serviços por meio da contratação de advogados dativos em detrimento de investimentos na Defensoria Pública.

VALORES PAGOS A ADVOGADOS DATIVOS



3.3 Confirmação de constitucionalidade da Lei do Subsídio

Em janeiro de 2017, o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo Governo do Estado contra a lei 10.380/2014 que fixou os subsídios dos defensores públicos, assegurando à Defensoria Pública da Paraíba a prerrogativa constitucional de decidir sobre reajuste dos vencimentos dos defensores públicos estaduais.



Em março de 2018, a Defensoria Pública passou a elaborar e executar a folha de pagamento de seus membros e servidores, desligando-se da Codata, o que permitiu a correção de distorções nos contracheques da categoria. Essa importante conquista garantiu que um defensor público, ao se aposentar, mantivesse o recebimento do subsídio na sua integralidade. Durante quatro anos, o reajuste fixado pela Lei nº 10.380/2014 foi ignorado pelo Instituto de Previdência (PBPprev) para efeito de aposentadoria, já que era classificado, no contracheque, como “diferença de vantagens”. O controle do pagamento da folha é mais um reflexo da consolidação da autonomia financeira da DPPB.

[illegible]

PARIDADE | Com a elaboração da folha pela DPE-PB, a diferença de vantagens foi incluída nos subsídios

Neste biênio, a Defensoria Pública da Paraíba lutou incansavelmente para garantir a integralidade do repasse constitucional do seu duodécimo e o pagamento retroativo de diferenças pagas em anos anteriores.

Para obrigar o Estado da Paraíba a cumprir o Acórdão que garantiu o repasse de cerca de R\$ 6 milhões relativos ao duodécimo de 2013, a DPE-PB entrou, em outubro de 2017, com o pedido de Execução da Sentença do Mandado de Segurança. A ação está tramitando no Tribunal de Justiça da Paraíba, sob a relatoria do desembargador Oswaldo Triqueiro do Valle Filho.

A Justiça também foi acionada em dezembro de 2017, por meio de uma Ação de Cobrança com Obri-

- gação de Fazer, para obrigar o Estado da Paraíba a repassar as diferenças dos duodécimos dos exercícios de 2014 a 2017, que somam mais de R\$ 10 milhões. A ação segue tramitando na 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital.

A DPE-PB também impetrou Mandado de Segurança para garantir o repasse dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Defensoria para o exercício de 2018, no valor aproximado de R\$ 4 milhões. Além de julgar a ação procedente, o Pleno ainda acatou pedido da DPE-PB para que os duodécimos sejam depositados em uma conta bancária de titularidade da Instituição e não mais através de crédito “virtual” na conta única do Estado.

3.6 - Avanços no Setor de Tecnologia da Informação

E indisputável a importância da tecnologia da informação (TI) para o funcionamento cada vez mais eficiente de uma Defensoria Pública Estadual. Neste biênio, a Subgerência de Tecnologia da Informação da DPE-PB estabeleceu um novo parâmetro em rela-

ção a medidas de modernização da Instituição, com a implantação de sistemas de informação e canais de comunicação, além de investimentos que resultaram diretamente na melhoria da gestão de TI da Instituição.

Confira alguns avanços do setor:

Modernização dos Sistemas de Informação

Através de parceria com a Defensoria Pública do Tocantins e Ministério Público do Tocantins, a DPPB adquiriu - e já está em fase de implantação - duas ferramentas modernas para o gerenciamento do atendimento ao público (Solar) e da administração (Athenas).

Além de otimizar os serviços e garantir mais agilidade no atendimento, o Solar permite o acompanhamento completo e detalhado do assistido de qualquer lugar do Estado. A ferramenta é a base in-

formatizada para todos os serviços prestados pela Defensoria e ainda permite a geração de dados quantitativos sobre os mais diversos atendimentos realizados pela Instituição, entre outras funcionalidades.

Já o Athenas, é um sistema utilizado para gestão de recursos humanos e que reúne, na mesma plataforma, dados dos servidores, controle de patrimônio, gestão de pessoas, folha de pagamento, entre outros dados.



ANTES



DEPOIS

Reestruturação do DataCenter

Com a reestruturação do DataCenter, os equipamentos foram realocados para o espaço apropriado - um rack doado pelo Ministério Público da Paraíba (MPPB) - e confinado em sala climatizada. O ambiente possui energia estabilizada, com garantia de disponibilidade através do uso de um Nobreak de 10KVA, que garante o seu funcionamento por horas, mesmo em caso de falta de energia. A DPE-PB também adquiriu dois computadores que garantem rapidez e segurança aos serviços da Defensoria pelos próximos cinco anos.



Atendimento por chat e cartão virtual

Além de agilizar a resolução de problemas e respostas, o atendimento a servidores e defensores por meio de chat gerou economia à Instituição, evitando custos de ligações telefônicas. O cartão virtual também facilitou o contato do servidor com o setor de TI a partir de botões interativos que levam a realização de chamadas para telefones fixos, celular, contato por e-mail e chat ao vivo.



Criação do Sistema de Suporte Help Desk

Centraliza e une todas as necessidades de TI da Defensoria, além de auxiliar a resolução de demandas à distância.



Criação do site da Escola Superior

Além de agilizar a resolução de problemas e respostas, o atendimento a servidores e defensores por meio de chat gerou economia à Instituição, evitando custos de ligações telefônicas. O cartão virtual também facilitou o contato do servidor com o setor de TI a partir de botões interativos que levam a realização de chamadas para telefones fixos, celular, contato por e-mail e chat ao vivo.

Redução de custos com pontos de internet chega a R\$ 500 mil

A DPE-PB conseguiu reduzir em mais de 60% os custos com pontos de internet (economia estimada em mais de R\$ 500 mil por ano) com a assinatura da Ata de Registro de Preços 001/2018, fruto de licitação realizada pela Defensoria Pública. O atual contrato substituiu a Ata de Registro de Preços 008/2015, firmado no ano de 2015 e que permaneceu em vigor até o ano de 2017.

3.7 - Ouvidoria-Geral é ocupada pela primeira vez por membro da sociedade civil

Pela primeira vez na história da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, o cargo de Ouvidor(a)-Geral da Instituição foi escolhido entre cidadãos indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, conforme estabelece a Lei Complementar Nº 104/2012. Esse fato histórico para a Instituição tornou o canal de comunicação entre a Defensoria Pública e a sociedade ainda mais forte e legítimo. Posse aconteceu no dia 26 de junho de 2018.

POSSE | Andréa Ferreira Coutinho foi a primeira ouvidora-geral da DPE-PB indicada pela sociedade civil para o cargo; ela é membro do Centro de Defesa da Mulher Márcia Barbosa



3.8 DPE-PB adota modelo nacional para carteira de identidade

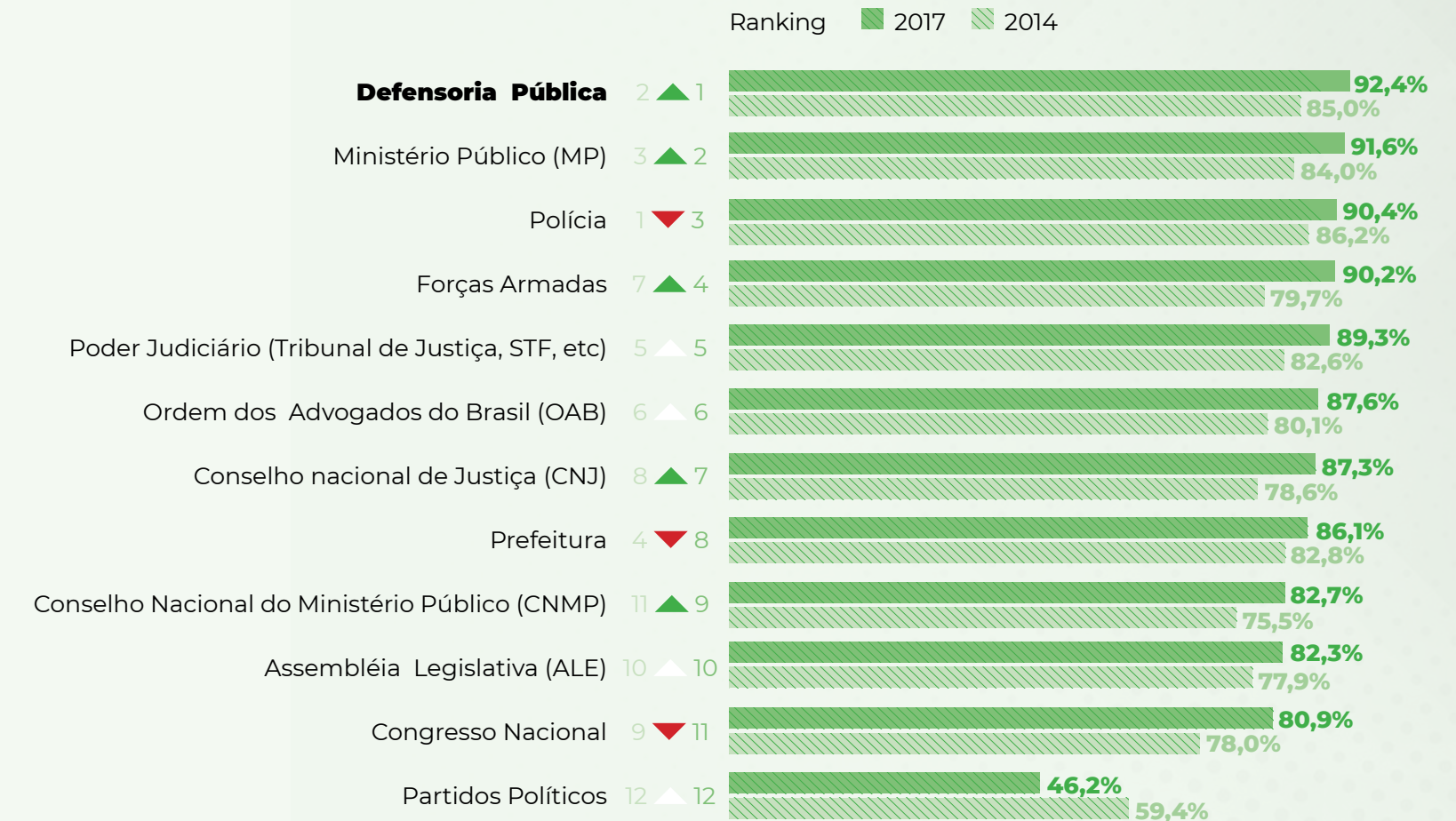
Mesmo com o novo modelo regulamentado em 2010, através do Decreto nº 7.360, as carteiras funcionais dos membros da Defensoria Pública só foram confeccionadas e entregues aos defensores públicos da Paraíba neste biênio, pela defensora pública-geral, Madalena Abrantes. As identidades seguiram o modelo regulamentado nacionalmente e começaram a ser entregues em novembro de 2017. O documento visa garantir as prerrogativas institucionais do cargo e valorizar o defensor público, além de valer como documento de identidade e ter fé pública em todo o território nacional.



3.9 Pesquisa aponta Defensoria Pública como instituição mais importante para brasileiros

A Defensoria Pública é considerada a instituição mais importante para os brasileiros. Pesquisa realizada pela GMR Inteligência & Pesquisa em 2017 revelou que 92,4% dos entrevistados a avaliaram como “muito importante” ou “importante”, o que a colocou na primeira colocação entre todos os órgãos citados. A Defensoria também desfruta do maior percentual de confiança entre os órgãos do sistema de justiça (74,1%), estando em segundo lugar em relação a todas as instituições citadas. Ela tem destaque entre os locais procurados para a denúncia de irregularidade, sendo a mais lembrada entre os integrantes do sistema de justiça.

IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES



Fonte: Relatório da Pesquisa de Satisfação e Imagem do CNMP e do Ministério Público (2017).

3.10 Condege se reúne na Paraíba para articular interesses das Defensorias Públicas

O fortalecimento das Defensorias Públicas Estaduais em todo o país passa pela formulação, coordenação, articulação e promoção dos interesses comuns das Instituições, que atuam conjuntamente por meio do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege). Em agosto de 2017, João Pessoa sediou pela primeira vez uma Reunião Ordinária do colegiado, que, entre outras deliberações, decidiu firmar Termo de Cooperação com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para que defensores públicos tenham acesso ao Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL). Na mesma reunião - a 7ª Sessão de 2017 - a defensora pública-geral da Paraíba, Madalena Abrantes, foi eleita para integrar o Conselho Fiscal do Condege.



AUDIÊNCIA | Um dia antes do evento uma comitiva de defensores públicos-gerais foi recebida pela vice-governadora da Paraíba, Lígia Feliciano, que representou na ocasião o governador Ricardo Coutinho; na pauta, a exposição de experiências positivas a partir da parceria entre governos estaduais e Defensorias Públicas



APOIO NACIONAL | O defensor público Clériston Macêdo, então presidente do Condege, vai à tribuna da Assembleia Legislativa da Paraíba reforçar a importância do fortalecimento da autonomia das Defensorias Públicas e a obrigação dos governos de aprimorar as Instituições



ELEIÇÃO | Durante reunião do Condege, a defensora pública-geral da Paraíba, Madalena Abrantes, foi eleita para integrar o Conselho Fiscal da entidade

4. Unindo forças

*“Teu dever é lutar pelo Direito, mas se um dia encontrares o
Direito em conflito com a Justiça, luta pela Justiça”*

Eduardo Juan Couture



Importantes parcerias foram firmadas com diversas instituições, a exemplo do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), Ministério Público da Paraíba (MPPB), Defensoria Pública da União (DPU), Governo do Estado, Justiça Federal, Associação dos Notários e Registradores da Paraíba (Anoreg-PB), Conselho Regional de Medicina (CRM), universidades e prefeituras. Essa união de forças resultou em muitas conquistas

para a Instituição e, consequentemente, para a população usuária da Defensoria Pública. Parcerias que produziram melhoria no atendimento e no funcionamento da máquina pública; capacitação e qualificação de defensores públicos e servidores; recebimento de doações que vão de equipamentos de informática a terrenos e prédios; e feitos históricos para a DPE-PB, como o casamento coletivo indígena.

4.1 Casamento Indígena

O dia 31 de maio de 2017 foi histórico e de muita festa para os índios Potiguara do Litoral Norte da Paraíba. O casamento coletivo regularizou a situação civil de 70 casais indígenas de 32 aldeias localizadas nos municípios de Marcação, Baía da Traição e Rio Tinto. A solenidade foi uma iniciativa da Defensoria Pública da Paraíba em parceria com diversas instituições, como a Associação dos Notários e Registradores da Paraíba (Anoreg-PB), que se responsabilizou pelas custas cartoriais para emissão das certidões de casamento, as Prefeituras Municipais de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Serviço Social da Indústria (Sesi), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Tribunal de Justiça da Paraíba.





CELEBRAÇÃO | Casamento foi celebrado pelo juiz da comarca de Rio Tinto, Judson Kildare Nascimento Faheina



CERTIDÕES | Custas cartoriais para emissão das certidões foram assumidas pela Anoreg-PB



4.2 Parcerias com o Poder Judiciário e TCE-PB

A Defensoria Pública da Paraíba realizou importantes parcerias com o Poder Judiciário estadual e federal. Com o Tribunal de Justiça da Paraíba, destacam-se a criação da Câmara de Mediação e Conciliação da Família (pág 76), a publicação dos atos no Diário da Justiça Eletrônico (pág 86) e a cessão de uso da casa que abriga a Sede de Atendimento de Cabedelo (pág 37). Outro importante convênio firmado com o TJPB foi viabilizado por meio da Vara de Execução de Penas Alternativas (VEPA), que destinou recursos provenientes da aplicação de multas à DPE-PB para

aquisição de equipamentos de informática.

Com o Tribunal Superior do Trabalho, (TRT) a DPE-PB firmou convênio para receber 100 computadores seminovos. Parcerias também foram firmadas com o Tribunal Regional da 5ª Região (TRF-5) e com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PB), de quem a DPE-PB recebeu 44 computadores usados, que passaram por avaliação e recondicionamento da Subgerência de Tecnologia da Informação da Defensoria Pública. Aproximadamente 80% dos equipamentos doados foram aproveitados e destinados aos Núcleos de Atendimento e setores administrativos da Instituição.



CONVÊNIOS | A DPG Madalena Abrantes, o subdefensor público-geral, Ricardo Barros, e o presidente do TJPB, desembargador Joás de Brito, celebram mais uma parceria entre as instituições



DO TRF-5 | Computadores foram recondicionados e destinados a Núcleos de Atendimento e setores administrativos da DPE-PB



SEMINOVOS | Computadores comprados pelo TST e doados à DPE-PB não chegaram a ser usados pelo Tribunal



4.3 Projeto de Cidadania Itinerante viabiliza retirada de documentos de apenados em presídios da Paraíba

Por meio da Gerência Executiva da Execução Penal e Acompanhamento de Penas Alternativas (GEEPAPA) e da Gerência Operacional da Articulação com Estabelecimentos Penais (GOAJEP), a DPE-PB desenvolveu e deu início ao Projeto de Cidadania Itinerante nos Estabelecimentos Penais da Paraíba. O objetivo é viabilizar a retirada de documentos de 853 apenados que não possuem documentação na Paraíba. O projeto já está em andamento, com a coleta do exame de sangue dos apenados e checagem de dados pelo Instituto de Polícia Científica. A iniciativa só foi possível através de parcerias com a Associação dos Notários e Registradores da Paraíba (Anoreg-PB), o IPC e as secretarias estaduais da Administração Penitenciária, Segurança e Defesa Social, Saúde e Desenvolvimento Humano.



CIDADANIA | A DPG Madalena Abrantes e a gerente de Execução Penal e Acompanhamento de Penas Alternativas da DPE-PB, Waldelita Cunha, se reúnem com representantes de órgãos para apresentação da minuta do Termo de Cooperação Técnica do projeto de Cidadania Itinerante

4.4 Aquisição do prédio do antigo Hotel Tropicana

Aquisição do prédio onde funcionava o antigo Hotel Tropicana, doado pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU) à Defensoria Pública da Paraíba em março de 2018, consolidou mais um passo no crescimento e fortalecimento da Instituição, com perspectiva de ampliação de atendimento e melhoria do trabalho prestado. A conquista foi fruto do esforço da gestão associado ao relevante trabalho de articulação do deputado federal Wilson Filho. A iniciativa de buscar doação preservou os valores orçamentários da Instituição. Hoje, o prédio faz parte do patrimônio da DPE-PB.



FUTURA SEDE | Prédio cedido pela SPU vai abrigar a nova sede da DPE-PB



4.5 DPE-PB garante terrenos para construção de sede própria em Patos e Sousa

Por meio de uma parceria com as prefeituras de Patos e Sousa, a DPE-PB também garantiu a cessão de terrenos para a construção de sedes próprias nas duas cidades. Atualmente, os Núcleos Regionais de Atendimento de Patos e Sousa funcionam em prédios alugados pela Defensoria Pública. Em Sousa, o Projeto de Lei enviado pelo prefeito Fábio Tyrone e aprovado pela Câmara Municipal garante a doação do terreno localizado ao lado do Fórum da cidade, com 25x40m² de dimensão. Em Patos, o comprometimento com a doação de um terreno compatível às necessidades da DPE-PB partiu do prefeito Dinaldo Wanderley Filho.



AUMENTO DO PATRIMÔNIO DA DPE-PB |
Terrenos foram cedidos pelos prefeitos Fábio Tyrone (Sousa) e Dinaldinho Wanderley (Patos)



4.6 Cooperação com MPT garante recursos para reforma da Sede da DPE-PB

Através de um convênio firmado com o Ministério Público do Trabalho (MPT), recursos originados de multas aplicadas pelo órgão serão destinados a parte da reforma da atual sede da Defensoria Pública da Paraíba. O projeto de reforma já está concluído e será executado a partir da liberação dos recursos conveniados.

REFORMA | Nova fachada da sede administrativa da DPE-PB já está aprovada; obra será iniciada a partir da liberação dos recursos conveniados



4.7 DPE-PB se une a Fecomércio e Senar para desenvolver ação social

Com o propósito de colaborar para a formação de novos valores e contribuir para a inserção de jovens no mercado de trabalho, a DPE-PB se uniu a Fecomércio (Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado da Paraíba) e ao Senar-PB (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural da Paraíba) para colocar em atividade duas padarias ligadas a Paróquia de São Francisco de Assis, na comunidade Girassol (Mangabeira VII), em João Pessoa, que não funcionavam por falta de um poço artesiano.

Com a parceria - viabilizada por meio de gestões da defensora pública-geral da Paraíba, Madalena Abrantes -, a Fecomércio se responsabilizou pela realização de cursos de gastronomia para os jovens da comunidade e o Senar pela perfuração do poço artesiano necessário ao local.



AÇÃO SOCIAL | Parceria entre os órgãos contribuiu para a inserção de jovens no mercado de trabalho

4.8 DPE-PB garante recursos de emenda parlamentar para aquisição de unidade móvel

A Defensoria Pública da Paraíba celebrou convênio na ordem de R\$ 645 mil com o Ministério da Justiça para a compra de uma unidade móvel, que levará assistência jurídica gratuita às cidades onde a DPE-PB não está presente. A maior parte dos recursos (R\$ 500 mil) é fruto de emenda parlamentar impositiva, apresentada pelo deputado federal Wellington Roberto. A diferença (R\$ 145 mil) é proveniente da contrapartida da DPE-PB.



PARCERIA EM BRASÍLIA | Deputado Wellington Roberto atende pleito da Defensoria e destina emenda parlamentar no valor de R\$ 500 mil para a compra de uma unidade móvel

4.9 Defensoria viabiliza emissão gratuita de 2ª via de documentos

A DPE-PB tem viabilizado a emissão gratuita de 2ª via de documentos aos seus usuários por meio de parcerias com cartórios de registro da Paraíba e de outros estados. Esse trabalho teve início em 2018, a partir da atuação do 1º Núcleo Regional de Atendimento, em João Pessoa, mediante requerimento enviado aos cartórios. Até o início do mês de novembro, aproximadamente 120 documentos, entre certidões de nascimento, casamento, casamento com averbação de divórcio e batismo, foram emitidos sem custos a usuários da Defensoria Pública.



2ª VIA | Cerca de 120 documentos foram emitidos gratuitamente em 2018 através da atuação da DPE-PB

4.10 Defensoria Pública realiza mesa-redonda com candidatos ao Governo do Estado

Em setembro de 2018, a Defensoria Pública do Estado da Paraíba realizou de forma pioneira na Instituição uma semana de mesas-redondas com os candidatos, a época, ao Governo do Estado. Na ocasião, além de debater políticas públicas e possíveis parcerias em ações conjuntas, os candidatos se comprometeram com uma pauta de reivindicações apresentada pela defensora pública-geral, Madalena Abrantes, que tratou, entre outros pontos, do orçamento e autonomia da DPE-PB, da realização de concurso público e do respeito à paridade de defensores aposentados e ativos.



COMPROMISSO | Governador eleito, João Azevedo se comprometeu a trabalhar pela DPE-PB ao assinar a pauta de reivindicações da Instituição



PRESENÇA | Os candidatos José Maranhão, Lucélio Cartaxo e Tércio Teixeira também participaram de mesas-redondas com os defensores públicos

Relação dos Defensores Públicos do Estado da Paraíba

ACRISIO ALVES DE ALMEIDA
ADMILSON VILLARIM FILHO
ADRIANA RIBEIRO BARBOZA
ADRIANO MEDEIROS BEZERRA CAVALCANTI
ALBA NEIDE MAXIMO DA SILVA
ALBERTO JORGE DANTAS SALES
ALDADI SOARES PIMENTEL
ALEXANDRE MOURA RIBEIRO
ALICE ALVES COSTA ARANHA
ALINE ARAUJO SALES DA SILVA
ALINE MOTA DE OLIVEIRA
ALVARO GAUDENCIO NETO
AMAURY RIBEIRO DE BARROS FILHO
ANA ELIZABETH GOMES SCHIMMELPFENG
ANA PAULA MIRANDA DOS SANTOS DINIZ
ANAIZA DOS SANTOS SILVEIRA
ANDRE LUIZ PESSOA DE CARVALHO
ANGELA MARIA DANTAS LUTFI DE ABRANTES
ANTONIO ALBERTO COSTA BATISTA
ANTONIO DE OLIVEIRA ALVES
ANTONIO DE PADUA FERNANDES
ANTONIO FERNANDO MEDEIROS
ANTONIO LAURINDO PEREIRA
ANTONIO NERY DE LUNA FREIRE
ANTONIO OSMAN XAVIER DA ROCHA
ANTONIO PEREIRA BORBA
ANTONIO ROBERTO DE FARIA
ANTONIO RODRIGUES DE MELO
ARGEMIRO QUEIROZ DE FIGUEIREDO
ARIANE DE BRITO TAVARES
ARLAND DE SOUZA LOPES
BENEDITO DE ANDRADE SANTANA
BERGSON MARQUES CAVALCANTI DE ARAUJO
BERTHEZENE BARROS DA CUNHA LIMA MARTINS
BRUNO ROMANO DO AMORIM GAUDENCIO
CARDINEUZA DE OLIVEIRA XAVIER

CARLOS ANTONIO ALBINO DE MORAIS
CARLOS HENRIQUE ROSSI
CARLOS ROBERTO BARBOSA
CARMEN NOUJAIM HABIB NACAD EL-KOURE
CAROLLYNE ANDRADE SOUZA
CATARINA MARTA MONTENEGRO GUIMARAES
CHARLES GOMES PEREIRA
CLAUDIO DE SOUSA BARRETO
CLAYNER CAVALCANTI DE MAGALHAES MAURICIO
CLEIDE MARQUES PATRICIO DA COSTA
CONCEICAO DE LOURDES B. ARCOVERDE
CORIOLANO DIAS DE SA FILHO
DAMIANA DE ALMEIDA FREITAS OLIVEIRA
DELANO ALENCAR LUCAS DE LACERDA
DIANA GUEDES DE SOUSA
DIANA RANGEL PICCOLI
DIOGO AUGUSTO DE SOUZA ANDRADE
DIRCEU ABIMAELE DE SOUZA LIMA
DULCE ALMEIDA DE ANDRADE
DURVAL DE OLIVEIRA FILHO
EDNA MARIA RAMALHO DE FARIAS
EDSON FREIRE DELGADO
EDUARDO MARTINHO GUEDES PEREIRA
ELENICE DE FRANCA LEMOS
ELIANE MENEZES CAVALCANTI
ELISABETH TELES PIMENTEL
ELISETE DA CUNHA PEREIRA
ELIZABETH MIRANDA DE OLIVEIRA
ELSON PESSOA DE CARVALHO
ELZA REGIS DE OLIVEIRA LIMA
ENRIQUIMAR DUTRA DA SILVA
EULINA ALMEIDA LYRA NOBREGA
FABIO LIBERALINO DA NOBREGA
FELIPE AUGUSTO ALCANTARA MONTEIRO TRAVIA
FELISBELA MARTINS DE OLIVEIRA
FERNANDA FERREIRA BALTAR

FERNANDA PEDROSA TAVARES COELHO
FERNANDA PERES DA SILVA
FERNANDA PORTO DE ARAUJO LIMA
FERNANDO ENEAS DE SOUZA
FILIPE PINHEIRO MENDES
FRANCISCA DAS CHAGAS QUEIROGA
FRANCISCA DE FATIMA P. ALMEIDA DINIZ
FRANCISCO DE ASSIS COELHO
FRANCISCO FREIRE DE FIGUEREDO FILHO
FRANCISCO LOPES DE LACERDA
GABRIELA FERNANDES CORREIA LIMA
GERARDO LINS RABELLO SOBRINHO
GERCILENA SUCUPIRA MEIRA
GILBERTO MAGALHAES DA SILVA
GILDIVAN LOPES DA SILVA
GILVAN DE ALCANTARA GUSMAO
GIZELDA GONZAGA DE MORAES
GLAUCIA AMELIA SILVEIRA BARBOSA
HAGLAY GLEIDE DE BRITO BARROS
HERCILIA MARIA RAMOS REGIS
IARA BONAZZOLI
IRICELMA BEZERRA C. DE ALBUQUERQUE
ISABEL BEATRIZ GOMES DE SOUZA
ISABEL CARLOS ROCHA
JAIME FERREIRA CARNEIRO
JEZIEL MAGNO SOARES
JOANA DARK LACERDA
JOAO BATISTA DE SOUZA
JOAO GAUDENCIO DINIZ CABRAL
JOCEL JANDERLHEI ALVES DE FREITAS
JOSE ADAMASTOR M. DE QUEIROZ MELO
JOSE AILTON GOMES DE SOUZA
JOSE ALIPIO BEZERRA DE MELO
JOSE BELARMINO DE SOUZA
JOSE BERNARDINO NETO
JOSE CELESTINO TAVARES DE SOUZA



JOSE DE PAULA REGO
JOSE FERNANDES DE ALBUQUERQUE
JOSE GERARDO RODRIGUES JUNIOR
JOSE JOAO DE MIRANDA FREIRE JUNIOR
JOSE LUIZ DA SILVA
JOSE REGIS DA SILVA
JOSE WILLAMI DE SOUSA
JOSE WILSON SANTIAGO
JOSEFA ELIZABETE PAULO BARBOSA
JOSEMARA DA COSTA SILVA
JULITA COSTA ARANHA
JUSSARA MARIA DA SILVA LEMOS
KATIA LANUSA DE SA VIEIRA
KLEBIA MARIA LUDGERIO BORBA
LAIS DE QUEIROZ NOVAIS
LAURA NEUMA CAMARA BONFIM SALES
LEDA MARIA MEIRA
LEVI BORGES DE LIMA
LUCAS SOARES AGUIAR
LUCIA DE FATIMA DE FREIRE LINS
LUIZ ANTONIO MARQUES FARIAS
LUIZ GUEDES MONTEIRO FILHO
LUIZ HUMBERTO DA SILVA
LUZIA APARECIDA CAVALCANTI SILVA
LYCIA MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO
LYDIANA FERREIRA CAVALCANTE
MANFREDO ESTEVAM ROSENSTOCK
MARCEL JOFFILY DE SOUZA
MARCONI CHIANCA
MARCOS ANTONIO MACIEL DE MELO
MARCOS ANTONIO MEDEIROS GUIMARAES
MARCOS AUGUSTO ROMERO
MARCOS FREITAS PEREIRA
MARCUS ANTONIO GERBASI
MARIA ANGELA AMARAL DI LORENZO
MARIA AUXILIADORA DE JESUS
MARIA AUXILIADORA TARGINO DE ARAUJO
MARIA BERENICE R. COUTINHO PAULO NETO
MARIA DA CONCEICAO AGRA CARIRI
MARIA DA GLORIA OLIVEIRA
MARIA DA PENHA CHACON
MARIA DAS GRACAS FIGUEIREDO DE MORAES
MARIA DAS GRACAS LACERDA
MARIA DAS GRACAS VIANA RAMOS

MARIA DE FATIMA ANDRADE DE SOUSA
MARIA DE FATIMA ARAUJO R. DE MELO
MARIA DE FATIMA AZEVEDO
MARIA DE FATIMA DE SOUSA DANTAS
MARIA DE FATIMA FERNANDES BATISTA
MARIA DE FATIMA LISBOA
MARIA DE FATIMA MARQUES
MARIA DE FATIMA PESSOA FERREIRA BARBOSA
MARIA DE GUADALUPE BEZERRA SILVA
MARIA DE LOURDES ARAUJO MELO
MARIA DE LOURDES S. PONTES
MARIA DO ROSARIO DE LIMA
MARIA DO ROSARIO LIMA SILVA
MARIA DO SOCORRO TAMAR ARAUJO
MARIA DOS REMEDIOS MENDES OLIVEIRA
MARIA ELEDITE AZEVEDO ISIDRO
MARIA ELIANE A. DE ALBUQUERQUE
MARIA ELIZABETH MORAIS PORDEUS
MARIA FAUSTA RIBEIRO
MARIA GORETTI PEREIRA DE OLIVEIRA
MARIA JUVINETE ANACLETO
MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
MARIA SILVONETE RODRIGUES DO NASCIMENTO
MARIA VALERIANO DE OLIVEIRA MARQUES
MARIANE OLIVEIRA FONTENELLE
MARISE PIMENTEL FIGUEIREDO
MARIZETE BATISTA MARTINS
MERCIA MARIA ARAUJO LIMA
MESSIAS DELFINO LEITE
MILTON AURELIO DIAS DOS SANTOS
MONALIZA MAELLY FERNANDES MONTINEGRO
MOZENEIDE VIEIRA LOPES
NADJA SOARES BAIA
NAIARA ANTUNES DELA BIANCA
NEIDE LUIZA VINAGRE NOBRE
NERIVALDO ALVES DA SILVA
ODINALDO ESPINOLA
ODIVIO NOBREGA DE QUEIROZ
ODONILDO DE SOUSA MANGUEIRA
OTAVIO GOMES DE ARAUJO
OTAVIO NETO ROCHA SARMENTO
PAULA FRASSINETTE HENRIQUES DA NOBREGA
PAULA REIS DE ANDRADE
PAULO FERNANDO TORREAO

PAULO ROBERTO DE AQUINO NEPOMUCENO
PAULO SERGIO GARCIA DE ARAUJO
PAULO SERGIO LYRA PEREIRA DA SILVA
PEDRO MUNIZ DE BRITO NETO
PHILIPPE MANGUEIRA DE FIGUEIREDO
RAISSA PACIFICO PALITOT REMIGIO
REGINA BENIGNA GADELHA VITAL
REGINALDO DE SOUSA RIBEIRO
RICARDO JOSE COSTA SOUZA BARROS
RISALBA CAVALCANTI DE LIMA
RIZALVA AMORIM DE OLIVEIRA SOUSA
ROBERTO GOMES LOPES
ROBERTO SAVIO DE CARVALHO SOARES
RODRIGO SERGIO ALMEIDA DE MENDONCA
ROMERO VELOSO DA SILVEIRA
ROSA MARIA ELIAS SILVA
ROSANGELA MARIA MEDEIROS BRITO
ROSENILDA MARQUES DA SILVA
RYVEKA CAMPOS MARTINS
SABINIANO MAIA PINTO
SEMI RAMES ABILIO DINIZ
SEVERINO BADU DE ARAUJO
SEVERINO NUNES DE LUCENA
SONIA MARIA CARVALHO DE SOUZA
SONIA REGIS VITAL MAIA
SYLVIO PELICO PORTO FILHO
TANIA VIEIRA BARROS
TELMA DE CARVALHO PAIVA
TEREZA LYZIEUX FEITOSA LIRA
TEREZINHA ALVES ANDRADE DE MOURA
TEREZINHA DE JESUS M. UGULINO SEVERO
VALERIA CLEMENTINO DE ALMEIDA LUNA
VALERIA LOPES ONOFRE VITA
VALERIA MARIA SOLANO MACEDO DA FONSECA
VANILDO OLIVEIRA BRITO
VERA LUCIA FERREIRA MARQUES CARREIRO
VERA LUCIA MARQUES BRAGA
VICENTE ALENCAR RIBEIRO
VIRGULINO DE MEDEIROS NETO
WALACE OZIREZ COSTA
WALDELITADE LOURDES DACUNHA FARIAS RODRIGUES
WALNIR ONOFRE HONORIO
WILMAR CARLOS DE PAIVA LEITE



**DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DA PARAÍBA**



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAIBA
Rua Monsenhor Walfredo Leal, 487 - Tambiá
João Pessoa - PB, 58020-540
Site: www.defensoria.pb.def.br